Universidade de Brasília

Faculdade de Ciência da Informação

BRUNA PIMENTEL LOPES

O FENÔMENO DA BIBLIOTECA COMO COLECIONADORA:

O caso do Arquivo Carlos Lacerda na Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Brasília, DF

2015

BRUNA PIMENTEL LOPES

O FENÔMENO DA BIBLIOTECA COMO COLECIONADORA:

O caso do Arquivo Carlos Lacerda na Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB) para obtenção parcial do título de Bacharel em Biblioteconomia.
Brasília, 29 de junho de 2015.

Área de Concentração: Gestão da Informação.

Orientador: Prof. Me. Carlos Henrique Juvêncio

Brasília, DF

2015

L864f Lopes, Bruna Pimentel

O fenômeno da biblioteca como colecionadora : o caso do Arquivo Carlos Lacerda na Biblioteca Central da Universidade de Brasília / Bruna Pimentel Lopes. – 2015.

70f.; 30 cm.

Orientador: Profº Me. Carlos Henrique Juvêncio

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2015.

1. Colecionismo. 2. Coleções pessoais. 3. Arquivos pessoais. 3. Biblioteca Colecionadora. 4. Carlos Lacerda. 5. Biblioteca Central da Universidade de Brasília. 6. Arquivo Carlos Lacerda. I. Juvêncio, Carlos Henrique.

CDU: 027:7.074

Titulo: O fenômeno da biblioteca como colecionadora: o caso do Arquivo Carlos Lacerda na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Aluna: Bruna Pimentel Lopes.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 29 de junho de 2015.

Carlos Henrique Juvêncio da Silva – Orientador
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Ciência da informação

Dulce Maria Baptista - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Ana Lúcia de Abreu Gomes – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em História Cultural

Dedico à minha família e aos meus amigos que sempre me apoiaram e me incentivaram ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Acredite: Deus coloca as pessoas certas, nos momentos certos na nossa vida! Por isso, agradeço a Ele por ter me proporcionado conhecer pessoas maravilhosas que me ajudaram direta ou indiretamente na produção deste trabalho.

À Universidade de Brasília que me fez crescer não só profissionalmente, mas como pessoa ao longo desses quatro anos.

Aos meus professores do ensino fundamental à graduação que sempre acreditaram no meu potencial. Agradeço, especialmente, ao professor Márcio Bezerra, que sempre me instigou e me desafiou a crescer academicamente, me estimulando a questionar e a criticar as coisas com seu jeito cético de ser.

Meu muitíssimo obrigada ao meu orientador, Carlos Henrique Juvêncio, que me conduziu de maneira admirável durante o desenvolvimento desta monografia, sendo sempre tão solícito, amigável e paciente. Não há palavras que possam expressar o quanto aprendi ao longo desses últimos meses. Sou eternamente grata a ele por ter me permitido estudar as vertentes do colecionismo e, principalmente, esse mundo paralelo onde se encontram os arquivos pessoais. Tenho certeza de que não havia tema ou orientador melhor para mim!

À minha família: Pai, Mãe, Lu e Dinha! Obrigada por TUDO! Pelos conselhos nos momentos de angústia e nervosismo e por sempre estarem convictos da minha capacidade desde muito antes da minha aprovação na UnB: o sonho agora é real! Amo vocês.

Às melhores amigas que Deus e a UnB poderiam me dar: Luana Gomes e Rayssa Madeira. Obrigada por me aturarem nos momentos de desespero e pelos inúmeros conselhos nos momentos de ansiedade. Sei que assim como o meu metodismo, a nossa amizade será para sempre!

Ao meu parceiro e companheiro, Paulo Ricardo, que constantemente me incentivou a estudar e a continuar mesmo quando o cansaço me abatia. Se você soubesse o quanto foi importante ter você comigo...

Por fim, agradeço aos amigões da GEDIN, que através do estágio, me deram a oportunidade de colocar em prática tudo o que aprendi durante a faculdade. Estou certa de que ser bibliotecário requer uma porção de habilidades e competências que estão muito além do que é ensinado durante a graduação.

“Mas do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento”.

Le Goff, 1990

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como as bibliotecas operam de acordo sua dimensão de instituição colecionadora, na medida em que adquirem, selecionam e preservam uma grande quantidade de documentos, conforme com seus critérios e metodologias. Para suprir as necessidades informacionais dos usuários, essas unidades de informação realizam o desenvolvimento de coleções e inserem diversos documentos em seu acervo, o que muitas vezes permite a aquisição de materiais de cunho arquivístico e/ou fundos de arquivos. Dentro desta perspectiva, buscou-se analisar como a biblioteca pode ser considerada uma colecionadora de acordo com a literatura sobre colecionismo e os textos de Pomian (1997, 2000), Baudrillard (2008), Benjamin (1989, 2000) e Blom (2003). Além disso, teve-se como finalidade verificar como se dá a relação entre arquivos e bibliotecas, compreendendo os conceitos de arquivos pessoais, uma vez que teve-se como objeto de estudo o Arquivo Carlos Lacerda, custodiado pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE). Assim, pretendeu-se identificar os motivos pelos quais a Biblioteca adquiriu este material, investigando o tratamento ao qual ele foi submetido, o que tornou necessária, ainda, a compreensão da vida e obra de Carlos Lacerda. Para tanto, os procedimentos metodológicos consistiram na revisão bibliográfica referente aos temas de colecionismo e arquivos pessoais, bem como fontes biográficas que relatassem a trajetória pessoal e política de Carlos Lacerda. A fim de compreender as razões que levaram à inserção do Arquivo na BCE, realizou-se uma pesquisa com a finalidade de localizar os registros de doação e o tratamento dado a esses objetos, o que tornou possível a localização do Inventário do Fundo Carlos Lacerda (2000). Dentre os principais resultados obtidos, verificou-se que o Arquivo, mesmo estando localizado numa biblioteca, recebeu tratamento totalmente arquivístico, o que apresenta a necessidade de se ter um diálogo maior entre a Biblioteconomia e a Arquivologia no que tange aos procedimentos técnicos realizados em arquivos pessoais localizados em bibliotecas.

Palavras-chave: Arquivo Carlos Lacerda. Arquivos pessoais. Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Biblioteca Colecionadora. Colecionismo. Coleções pessoais. Carlos Lacerda.

ABSTRACT

This research aims to understand how libraries operate as its dimension of collector institution, while acquire, select and preserve a large number of documents, according to their criteria and methodologies. To supplement the information needs of users, these information units carry out the development of collections and insert various documents in collection, which often allows the acquisition of archival nature of materials and/or archive collections. From this perspective, we sought to analyze how the library can be considered a collector institution according to the literature on collecting and Pomian (1997, 2000), Baudrillard (2008), Benjamin (1989, 2000) and Blom (2003) texts. Furthermore, we had intended to check is the relationship between archives and libraries, including the concepts of personal files, since it had as object of study the Carlos Lacerda Archive, maintained by the Central Library of the University of Brasilia (UNB). Thus, the purpose is to identify the reasons why the Library purchased the material, checking the treatment for which it was submitted, which made it necessary also to understand the life and work of Carlos Lacerda. Therefore, the methodological procedures consisted of a literature review regarding the themes of collecting and personal files, as well as biographical sources who reported the personal and political life of Carlos Lacerda. In order to understand the reasons which led to the insertion of the archive in the library, a survey was conducted in order to locate the donation records and the treatment of these objects, which made possible the location of the Inventory Carlos Lacerda Fund. Among the main results, it was found that the Archive, even though located in a library, went through archival processing, which shows the need to have more dialogue between the Library Science and Archivology, regarding the technical procedures performed on personal files located in libraries.

Keywords: Carlos Lacerda. Carlos Lacerda Archive. Central Library of the University of Brasilia. Collecting. Library Collectors. Personal Archives. Personal Collections.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Jornal *Tribuna da Imprensa* 37

Figura 2 – Carta de Carlos Lacerda durante a campanha para governador do Estado da Guanabara 39

Figura 3 – O centenário de Carlos Lacerda (1914 - 2014) 44

LISTA DE SIGLAS

AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BCE/UnB	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BN	Biblioteca Nacional
CEPLAN	Centro de Planejamento da Universidade de Brasília
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FE	Faculdade de Educação
FUNDAMAR	Fundação 18 de março
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEI	Política Externa Independente
UDN	União Democrática Nacional
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 COLECIONISMO: A PAIXÃO EM TER E MANTER **16**

3 ARQUIVOS PESSOAIS: A ARTE DE GUARDAR REGISTROS DE SI **23**

4 BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UMA COLECIONADORA NATA **31**

4.1 CARLOS LACERDA: O DEMOLIDOR DE PRESIDENTES **35**

4.2 O ARQUIVO CARLOS LACERDA **41**

5 A SÍNDROME DA BIBLIOTECA COLECIONADORA: A RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS **46**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **51**

REFERÊNCIAS **54**

ANEXO I - DOAÇÃO DA FAMÍLIA **60**

ANEXO II - REGULAMENTO DO ARQUIVO **62**

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA **66**

1 **INTRODUÇÃO**

As bibliotecas podem ser consideradas instituições colecionadoras, pois reúnem uma grande quantidade de itens a serem agrupados em seu acervo, conforme seus interesses e especialidades, seguindo uma ordem e critérios previamente estabelecidos. Ao contrário do que ainda se pensa, esse tipo de unidade de informação deixou de lidar somente com obras impressas e, atualmente, coleta, seleciona, gerencia e dissemina títulos em diversos tipos de formato, suporte e origem.

O caráter colecionador dessas instituições pode estar relacionado à sua missão e objetivos, pois, segundo Schellenberg (2006), as bibliotecas produzem e conservam seus documentos para fins culturais, por isso, adquirem objetos avulsos, que não necessariamente possuem relação entre si[1], mas atendem às necessidades de pesquisa de sua comunidade, por exemplo. Dentro desta perspectiva, essas unidades de informação criam mecanismos que auxiliem o processo de desenvolvimento de suas coleções, tais como a política de seleção e o estudo de usuários. Seu principal objetivo é dar coerência ao acervo conforme a missão da biblioteca e da instituição ao qual está vinculada, bem como satisfazer às demandas de seus usuários (VERGUEIRO, 1993).

Para atender seu público e possuir maior variedade de recursos, a biblioteca tem como característica a aquisição de obras por meio de doação, permuta e/ou compra, o que possibilita a inserção de diferentes fontes de informação em sua coleção. Assim, a admissão de documentos de cunho arquivístico e arquivos, propriamente ditos, tornou-se uma prática comum. Ainda de acordo com Schellenberg (2006), as bibliotecas têm arquivos sob sua guarda e esses acervos, muitas vezes, são provenientes das divisões de manuscritos das bibliotecas, por exemplo.

Além da manutenção de arquivos de caráter público, as bibliotecas abrigam acervos pessoais em suas coleções[2]. Os arquivos pessoais podem ser definidos como um conjunto de papéis e/ou materiais audiovisuais ou iconográficos que fazem parte

---

[1] Segundo o princípio arquivístico da proveniência, todos os documentos de uma mesma origem devem manter-se reunidos num mesmo fundo (PAES, 2004).

[2] De fato, as bibliotecas, enquanto instituições, também possuem arquivos, o que, mormente, as incitam a ter outros documentos que fogem do escopo institucional, contudo, não nos ateremos a tal fato por não pertencer ao mote de nossa pesquisa.

da vida e obra de escritores, artistas, cientistas e políticos, ou seja, de indivíduos que possuem algum tipo de interesse para a sociedade e para a pesquisa científica (BELLOTTO, 2006).

Atualmente, tem-se como exemplo deste tipo de prática, o Arquivo Carlos Lacerda, custodiado pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB). Trata-se do fundo[3] do jornalista e político brasileiro, Carlos Lacerda (1914-1977), que possui cerca de 60 mil itens que contemplam objetos acerca da recente história brasileira, sendo composto, basicamente, por recortes de jornais e revistas, cartas e textos manuscritos ou datilografados (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2000).

Este trabalho visa compreender, desse modo, como se dá a relação entre os arquivos e as bibliotecas e, principalmente como os arquivos são vistos e inseridos neste tipo de unidade de informação, bem como quais são os critérios adotados pelas bibliotecas para a realização desta prática. Assim, pretende contribuir para a pesquisa nas áreas de Colecionismo e Arquivos Pessoais, tendo em vista seu caráter multidisciplinar, auxiliando o entendimento do fenômeno da biblioteca como colecionadora.

Busca-se descrever, ainda, a trajetória do Arquivo Carlos Lacerda na Biblioteca Central da UnB, tendo como objetivo geral identificar as razões que levaram a inserção deste Arquivo ao acervo da instituição e entender como se deu o tratamento recebido por ele após sua chegada à biblioteca.

De modo mais específico, o propósito deste trabalho é apreender o conceito de coleção e arquivos pessoais, além de compreender a vida e obra de Carlos Lacerda, bem como entender como as coleções e os arquivos são vistos no âmbito da Biblioteconomia.

O referencial teórico será baseado nas obras utilizadas na Biblioteconomia e na Arquivologia que abranjam os temas de colecionismo e arquivos pessoais. Para a compreensão do que são as coleções e as motivações relacionadas ao ato de colecionar foram utilizados os textos de Pomian (1997, 2000), que identifica a relação entre a utilidade e o significado embutido nos objetos, além de dissertar sobre memória e coleção; Baudrillard (2008) que diferencia o colecionismo de acumulação, descrevendo os atributos de uma boa coleção; Benjamin (1989, 2006), pois como

[3] Fundo pode ser entendido como a principal unidade constituinte dos arquivos permanentes. Compõe-se de documentos provenientes de uma fonte geradora (PAES, 2006).

filósofo e bibliófilo, faz um paralelo da relação entre o indivíduo e sua coleção, e Blom (2003), que compõe diferentes teorias para explicar o porquê colecionar.

A fim de analisar o conceito de arquivos pessoais foram consultadas as obras de Arquivologia que conceituassem este tipo de arquivo e suas diferentes nuances. Tem-se como base o texto de Schellenberg (2006) que realiza um paralelo entre bibliotecas e arquivos, a diferença entre seus métodos e acervos, e Bellotto (2006) que nos remete ao conceito de documento dentro das diferentes unidades de informação, além de dissertar sobre os arquivos privados e arquivos pessoais como fonte de pesquisa. Ademais, foram consultados os textos da historiadora Luciana Heymann (1997, 2005, 2009, 2012), referência de pesquisa na temática de arquivos pessoais e Cook (1998), que disserta sobre o conceito de “arquivos totais”.

Para compreender as motivações que levaram a inserção do arquivo pessoal de Carlos Lacerda na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa sobre registros de doação e informações que relatassem o tratamento dado a esses objetos. Para tanto, teve-se como base o documento sobre o Inventário do Fundo Carlos Lacerda, publicado em 2000 pela UnB e disponibilizado pela BCE na *internet*, que remonta a trajetória dos 60 mil itens doados à Biblioteca, em 1979, como parte do processo de compra da coleção do jornalista.

Além de um insumo consistente para a pesquisa sobre o Arquivo, o documento traz dados relevantes sobre a vida pessoal e política de Carlos, o que o tornou, ainda, uma fonte de informação acerca de sua vida. A partir dessas constatações, viu-se a necessidade de analisar os percursos realizados pela coleção, bem como compreender o contexto e as razões pelas quais a biblioteca adquiriu este material. Para tanto, foram realizadas consultas a livros e obras biográficas com o propósito de se compreender a importância de Carlos Lacerda no cenário político brasileiro, tais como o texto de Motta (2005) e Dulles (2000), bem como visitas ao Arquivo Carlos Lacerda localizado na BCE/UnB para a coleta de registros sobre sua história. Uma dessas visitas consistiu em participar da exposição “Centenário de Carlos Lacerda (1914-2014)”, evento organizado pela própria Biblioteca.

Para perceber as motivações e características envolvidas em arquivos pessoais e entender como as bibliotecas compõem-se dos mais diversos tipos de coleções, realizou-se um amplo levantamento bibliográfico em vários sites e bases de dados com o objetivo de recuperar artigos de periódicos científicos, teses,

dissertações e trabalhos de conclusão de curso que contemplassem a temática. Utilizaram-se, assim, os seguintes descritores ou palavras-chave: a) Colecionismo; b) Coleções pessoais; c) Arquivos pessoais; d) Biblioteca colecionadora; e) Colecionismo bibliográfico; f) Carlos Lacerda. A partir dessas buscas foram recuperados textos em português, inglês, espanhol e francês. Por fim, é válido ressaltar a dificuldade em recuperar textos que tratassem da relação entre as bibliotecas e os arquivos.

Em vista disso, a primeira parte do trabalho consiste no capítulo intitulado "Colecionismo: a paixão em ter e manter", em que tem-se um panorama sobre a função de determinados objetos na sociedade e como eles podem ser alvo dos colecionadores. Assim, são verificados quais os motivos que geram o crescimento das coleções e como o ato de colecionar está intrinsecamente associado às noções de identidade e, sobretudo, memória. Por fim, é realizado um paralelo entre as características dos colecionadores e como esses atributos estão presentes nas atividades das bibliotecas.

No capítulo "Arquivos pessoais: a arte de guardar registros de si", é feita uma comparação entre os propósitos e funções das bibliotecas e arquivos. Dessa maneira, torna-se necessária a definição de documento, que sendo de caráter privado, dá origem aos arquivos pessoais e a uma discussão sobre como e por que esses materiais são acumulados pelos indivíduos ao longo de suas vidas.

No quarto capítulo, "Biblioteca Central da Universidade de Brasília: uma colecionadora nata", é traçada a história da Biblioteca, bem como seus objetivos, a fim de que se compreenda algumas de suas características posto que, ao longo dos anos, ela se tornou uma mantenedora de coleções e arquivos pessoais. Desse modo, no subtópico "Carlos Lacerda, o demolidor de presidentes", tem-se como foco a análise da vida e obra do político com a finalidade apreender a sua importância no contexto histórico nacional. E, finalmente, em "O Arquivo Carlos Lacerda" traça-se a trajetória do Arquivo no ambiente da Biblioteca, da mesma maneira constata-se como se deu seu tratamento e organização.

No último capítulo, "A síndrome da biblioteca colecionadora: a relação entre arquivos e bibliotecas", aborda-se as aproximações e distanciamentos entre a Arquivologia e a Biblioteconomia e como essa relação pode ser conferida no ambiente

das bibliotecas e arquivos. Discute-se, ainda, como os materiais arquivísticos podem ser inseridos e tratados no âmbito das bibliotecas, conforme a literatura internacional.

Segundo Gil (2010) esta pesquisa caracteriza-se como explicativa, pois tem como objetivo identificar os fatores que determinam e/ou contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno. Neste caso, tem-se por finalidade entender as causas e motivos pelos quais as bibliotecas podem ser consideradas grandes colecionadoras.

2 COLECIONISMO: A PAIXÃO EM TER E MANTER

As coleções estão por toda parte: álbuns de fotografia, cartas, livros, selos, figurinhas e brinquedos são alguns exemplos de objetos que adquirimos e guardamos ao longo de nossas vidas. Retirados de sua finalidade primária, esses artefatos ultrapassam os limites de tempo e espaço, remetendo-nos aos acontecimentos passados e aos nossos desejos mais particulares.

Segundo Baudrillard (2008), os objetos possuem duas funções distintas: serem úteis ou serem possuídos, isto é, são utilizados simplesmente para fins de consumo e para a vida prática ou têm valor estritamente subjetivo, ou seja, puramente simbólico e representativo. Desse modo, para que uma coleção seja constituída, é necessário que o objeto seja “puro” e perca sua função, assim, pode ser qualificado conforme os desejos e critérios de seu proprietário, bem como adequar-se ao seu modo de organização.

Para Benjamin é imprescindível que os itens que compõem uma coleção sejam dissociados de suas funções primitivas, pois “o verdadeiro colecionador retira o objeto de suas relações funcionais” (BENJAMIN, 2006, p. 241). Desse modo, será possível ao indivíduo analisar o item de forma mais complexa e analítica, não só como proprietário de uma coisa, mas como alguém que vê o seu mundo particular representado em cada um dos objetos que se tem posse.

Pomian (1984) acredita que colecionar ao mesmo tempo em que confere prestígio, testemunha o gosto da pessoa que os adquiriu, suas curiosidades e/ou suas riquezas e generosidade. Portanto, uma coleção pode ser composta por vários tipos de objetos, naturais ou artificiais, desde que estejam temporariamente ou definitivamente fora das atividades econômicas e, protegidos e expostos ao público.

De acordo com Blom (2003), o colecionismo tem justificativas históricas, filosóficas e psicológicas. Além de ser um “passatempo de adolescentes”, esse hábito tem relação com o sentimento de grupo, medos, fracassos e desejos do indivíduo:

> Cada objeto que tanto desejamos é, de fato, um atributo daquilo que desejamos. [...] Ou seja: coleções ajudam a nos livramos da impotência de não coordenarmos inteiramente nem mesmo a nossa vida (NARLOCH, 2004).

Diferente de simplesmente acumular – amontoar, armazenar e reunir uma série de objetos em comum – o ato de colecionar possui valor cultural, uma vez que tem como finalidade a obtenção de itens diferenciados que constantemente possuem valor de troca, ao mesmo tempo em que podem ser conservados e exibidos. Por fim, esses objetos têm, obrigatoriamente, relação entre si e com o mundo exterior, frequentemente remetendo seu colecionador aos testemunhos e às lembranças que cercam sua vida.

Consequentemente, ao adquirir e conservar seus objetos, o colecionador está em contato com seu passado e o futuro, uma vez que por meio desses itens pode evocar lembranças e transmitir os vestígios dele próprio para as próximas gerações. Segundo Pomian (2000), é justamente essa necessidade de remontar o tempo, reconstruir uma situação e relacionar-se com o passado e o presente que caracteriza a memória.

Além de ser inconstante e alterada a todo o momento, conforme os desejos e frustrações do indivíduo, a memória é um campo seletivo, pois não grava e nem registra todos os acontecimentos da vida de alguém. Segundo Pollak (1992) trata-se de um fenômeno construído, em que o processo de exclusão e relembrança compõe um enorme trabalho de organização. Ademais, a memória é um elemento constituinte da identidade, posto que por meio dela é possível obter a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida e a imagem que ela constrói, ou seja, a que é apresentada aos outros e a si própria como uma representação.

Pode-se dizer, assim, que a prática de preservar fragmentos que em si pertencem a uma época passada faz parte da tentativa do homem de apoiar a memória em suportes materiais. O conceito de memória proposto por Halbwachs (1990) compreende que se trata de um fenômeno coletivo e social uma vez que as lembranças são construídas no interior de um grupo e são apoiadas por ele, ao mesmo tempo em que são conservadas conforme sua continuidade. Assim, ela está submetida às mudanças e transformações que ocorrem tanto nos indivíduos quando na realidade na qual ele está inserido.

Essa ideia de que a memória é constituída de uma série de memórias individuais e cada uma delas recebe recordações e é conservada a partir de uma memória coletiva, passa a ser modificada com o surgimento das grandes coleções,

pois a memória passa a ser apoiada não somente nos cérebros dos indivíduos, mas também em registros e documentos (POMIAN, 2000).

Com a exposição de objetos e a possibilidade de comparação entre o presente e passado, o homem passa a reconhecer que através desses suportes terá um testemunho concreto de suas recordações, tornando nítida a relação entre memória e coleção. Conforme Pomian (2000), essa correlação fica ainda mais clara com o surgimento da escrita, pois esses registros possuem grande durabilidade e permitem que o homem se reconheça através do tempo.

Sendo assim, a memória reveste o objeto de um novo significado, e esse se torna "lugar de memória", um símbolo. Segundo Nora (1993) na medida em que os meios de memória desaparecem, somos obrigados a acumular vestígios e documentos a fim de criar um repertório insondável daquilo que não conseguimos nos lembrar. Esse sentimento de desaparecimento, culminado com a preocupação do tempo presente e a incerteza do futuro são as justificativas que levam ao crescimento dos arquivos, bibliotecas e museus, isto é, a guarda e conservação da memória por meio de suportes exteriores e referências tangíveis.

Desde a antiguidade, o homem buscou, através de seus objetos, eternizar-se. Segundo Blom (2003), retirados de seu ambiente, origem e função e exibidos num ambiente artificial, os objetos “morrem” e, “por intermédio deles, o colecionador pode continuar a viver depois que sua própria vida termina; e a coleção torna-se um baluarte contra a mortalidade” (BLOM, 2003, p. 177).

A necessidade de perpetuar-se através do acúmulo de objetos também foi analisada por Abreu (1996). Ao estudar as origens e o processo de doação da coleção de Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional, a autora disserta sobre o desejo de imortalização do indivíduo por meio desse “lugar de memória”, além de verificar como os objetos selecionados e ordenados por sua mulher se tornaram um mecanismo para a construção de uma imagem tida como ideal para um personagem da história brasileira.

A origem do colecionismo, por sua vez, teve início a partir da Idade Média. A preservação de elementos que representassem a natureza e as espécies animais e vegetais deu origem às atividades científicas, sendo essa uma forma de análise e conhecimento do mundo. Nessa época surgiram os gabinetes de curiosidades, “repositórios de tudo o que existe de bizarro e exótico, venerável, grandes e secretos

conhecimentos” (BLOM, 2003, p. 55). Segundo o autor, a ideia era acumular tudo o que fosse estranho ou fora dos padrões ideais daquele momento. Desse modo, guardavam-se artigos das mais diversas origens e variedades, o que ocasionou o surgimento das primeiras coleções.

Inicialmente restrita aos grandes reis e pessoas com maior poder aquisitivo, as coleções acompanharam a evolução da sociedade e perpassaram grandes momentos históricos. Após explorar os fenômenos naturais e deter conhecimentos sobre a ciência, as coleções passaram a ser desenvolvidas com as características que conhecemos atualmente. Os objetos começaram a ser catalogados e descritos, a seleção passou a ser mais rigorosa, conforme critérios e metodologia previamente definidas, as coleções passaram a ser utilizadas como fonte de pesquisa e não apenas como forma de veneração e representação (BLOM, 2003).

Esses conjuntos de itens agrupados ao longo dos anos deram origem a muitos acervos que hoje constituem as bibliotecas, museus e arquivos. Neste contexto, as bibliotecas podem ser compreendidas como uma:

> Reunião por compra, doação ou permuta, de documentos múltiplos, produzidos por fontes múltiplas e resultantes de atividades, pesquisas ou criação artística, técnica ou científica, com fins culturais (BELLOTTO, 2014).

A partir dessa definição é possível compreender como essas instituições podem ser caracterizadas como colecionadoras. Os modos de aquisição de uma biblioteca diferem-se dos de um arquivo, por exemplo, uma vez que esses órgãos adquirem materiais de diversas fontes e que não necessariamente possuem relação entre si, tornando esse, um processo artificial. Num arquivo, os documentos sob sua custódia, originam-se de um processo orgânico, possuindo uma estrutura, ao passo que são armazenados de forma totalmente agrupada (SCHELLENBERG, 2006).

Ademais, os materiais de uma biblioteca consistem em peças avulsas que devem possuir fins culturais e de pesquisa, conforme os objetivos da instituição na qual está inserida e ao público que deve ser atendido. Desse modo, seu caráter colecionador pode ser visualizado através do processo de desenvolvimento de coleções, um trabalho de planejamento dos acervos que norteia as atividades de

aquisição, seleção, desbastamento e descarte, conforme critérios previamente definidos na política da instituição[4].

Como bibliófila[5] nata e paralelamente aos princípios de um bom colecionador de livros, descritas por Rubens Borba de Moraes (2005), a biblioteca deve escolher os assuntos que são de interesse para sua coleção, ao mesmo tempo em que deve planejá-la conforme seu orçamento e espaço. Ela quer, ao mesmo tempo, saciar seus desejos de aquisição e ter o maior número de recursos possíveis a fim de atender melhor seus usuários. Muitas vezes esses desejos não são realizados por falta de recursos financeiros, pessoais e espaço físico, por exemplo.

Como colecionadora, qualifica-se por essa vontade constante de aquisição, porém, segundo Juvêncio (2008), ela nunca terá sua coleção completa, pois, conforme exposto por Baudrillard

> [...] é pela falta, pelo inacabado que a coleção se separa da pura acumulação. A falta com efeito é sempre exigência definida deste ou daquele objeto ausente e esta exigência ao se traduzir como procura, paixão, mensagem aos outros (BAUDRILLARD, 2008, p. 112).

Além disto, durante a aquisição de itens, o bibliotecário, profissional responsável pelo desenvolvimento do acervo, deve manter-se atualizado e adquirir as competências necessárias para lidar com o assunto contemplado pela biblioteca, pois "para se formar uma boa coleção é preciso conhecimento do assunto" (MORAES, 2005, p. 108).

É imprescindível saber o que e por que se está comprando, ou seja, sempre que necessário justificar a inclusão de uma determinada obra na coleção e verificar a integridade do material adquirido, além da veracidade das informações nele contidas. Moraes (2005) também disserta sobre a preocupação que o bibliófilo deve ter em relação à preservação dos livros, o que está de acordo com os cuidados que a biblioteca deve ter ao acondicionar seu acervo.

O modo como os livros estão dispostos e organizados na biblioteca refere-se à forma como os colecionadores desejam que seus objetos sigam uma ordem conforme as regras que ele mesmo define, uma vez que:

---

[4] Benjamin acredita que "seria interessante estudar o colecionador de livros como o único que não necessariamente desvinculou seus tesouros de seu contexto funcional" (BENJAMIN, 2006, p. 241).
[5] "O que tem amor a livros; colecionador de livros" (NAS apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 46).

> [...] A biblioteca, o espaço onde os livros são postos em ordem e classificados e não apenas misturados em pilhas de títulos sem ligação, torna-se ela mesma uma história; dentro dela, pelo menos, as coisas têm um lugar no plano geral das coisas, em suas estantes. (BLOM, 2003, p. 235)

Vê-se então que o desenvolvimento de coleções e a organização dos livros nos remetem às formas como as bibliotecas são caracterizadas como colecionadoras. Além disso, conforme Nora (1993), essas instituições podem ser definidas como lugares de memória, pois armazenam a produção científica e cultural, bem como se tornam guardiãs do conhecimento, ao mesmo tempo em que dão acesso a ele, numa tentativa de preservar os registros simbólicos e materiais que correspondem à identidade de um povo. Isso traz à tona a tentativa de imortalidade através dos objetos, atributo básico de um colecionador.

Embora a guarda da memória bibliográfica nacional seja de responsabilidade das bibliotecas nacionais e identificá-la como um local de memória seja mais fácil, as bibliotecas universitárias também possuem essa característica. Incentivando a pesquisa e a produção científica, elas também têm como função preservar e disponibilizar os trabalhos publicados por professores e alunos, tornando-a um lugar de memória dentro da comunidade acadêmica.

A guarda de registros impressos, relatórios de pesquisas, publicações em revistas científicas e teses e dissertações fizeram e ainda fazem parte das atribuições da biblioteca universitária. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a memória acadêmica pode ser acessada por meio dos repositórios institucionais[6] que possibilitam o acesso aberto aos textos e documentos, bem como permitem a publicação dos trabalhos científicos e seu auto arquivamento nesses sistemas, o que torna essa biblioteca responsável pela memória institucional e depositária desses conteúdos (FUSHIMI; MALLO; PICHININI, 2005).

Dentro dessa perspectiva, a biblioteca universitária, objeto de estudo deste trabalho, pode vir a adquirir diversos tipos de fontes de informação, independente do seu formato ou suporte, a fim de fomentar essas atividades. Como colecionadora, ela pode obter diversos tipos de documentos desde que esses estejam de acordo com seus critérios e regras, do mesmo modo que possa ter pequenas coleções dentro de seu acervo, tais como: coleção de referência, coleção de periódicos, coleção de

[6] “Coleção, digital ou em papel, que capta e preserva a memória intelectual de uma comunidade ou organização; memória institucional” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 322).

manuscritos, etc. No caso da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, a presença do arquivo pessoal do jornalista Carlos Lacerda no acervo da instituição particulariza e evidencia essa prática.

Segundo Juvêncio (2008) a biblioteca como colecionadora de acervos pessoais utiliza o mesmo modo de colecionismo aplicado a outras coleções, independentemente da origem, conforme critérios que somente ela compreende e que podem representar um novo modelo que se configura no espaço dessa unidade de informação.

3 ARQUIVOS PESSOAIS: A ARTE DE GUARDAR REGISTROS DE SI

Durante muito tempo a percepção sobre arquivos e bibliotecas se confundiu, não só por conta da finalidade e da forma física dos documentos, mas também porque esses órgãos possuíam os mesmos objetivos, funcionando como grandes depósitos dos registros produzidos pelo homem.

Hoje em dia, a biblioteca tornou-se um local para o estudo, pesquisa e consulta, possuindo caráter cultural e, o arquivo, por sua vez, tornou-se um órgão funcional que tem como atributo a guarda e preservação de documentos a fim de atender os objetivos da administração à qual está vinculado, visando à utilidade que poderão ter no futuro (PAES, 2004).

Os arquivos tornaram-se, ao longo do tempo, instituições que lidam não só com obras manuscritas, mas documentos textuais, audiovisuais e cartográficos, por exemplo. Essa característica estendeu o conceito que tínhamos sobre o documento, ampliando-o a:

> Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Vê-se, desse modo, que os documentos podem desempenhar diversas funções dentro da sociedade. Conforme Rousseau (1998), além de seu caráter administrativo, uma vez que regem as relações entre os governos, as organizações e as pessoas, os documentos serviram para o reconhecimento de direitos, pois desempenham papel de prova e para o registro da memória, visto que conservam as atividades humanas e comprovam a existência dos grupos sociais. Ademais, os documentos são considerados contributos importantes para a pesquisa científica porque oferecem insumos de caráter único para a investigação nas diferentes disciplinas.

Segundo Shera (1956, apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008), esses materiais, sejam escritos ou impressos, podem fornecer, ainda, evidências ou informações sobre qualquer assunto, tornando-se, assim, uma fonte de difusora de conhecimento.

Para Bellotto (2006), a forma/função pela qual um documento foi gerado é o que determina seu uso e como se dará seu armazenamento. Segundo a autora é a sua origem e não o suporte em que ele está contido que determinará sua condição de documento num arquivo, numa biblioteca ou num museu. Os documentos de um arquivo podem ser produzidos por qualquer entidade, família ou pessoa, tendo como objetivo servir de prova ou testemunho de alguma coisa. Assim, os arquivos permanentes podem ser considerados:

> Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Os atributos essenciais de um arquivo estão relacionados, desse modo, aos motivos pelos quais os documentos vieram a existir e os fins pelos quais foram preservados. Para serem considerados de cunho arquivístico, é necessário que os documentos tenham sido produzidos e acumulados conforme objetivos previamente definidos e possuam valor que não aqueles que o levaram à sua produção e acumulação. Muitas vezes esse valor está relacionado ao fato de que os documentos contidos nos arquivos oferecerem fontes de informação excepcionais sobre pessoas e organizações, constituindo materiais fundamentais para as disciplinas que tenham como objeto de estudo o passado, tal como a História, por exemplo (ROUSSEAU, 1998).

Segundo Paes (2004), embora o valor cultural exista e os arquivos compreendam a base fundamental para o conhecimento e a pesquisa histórica, a finalidade dos arquivos é primordialmente funcional, pois o objetivo desses órgãos é servir à administração, estabelecendo-se, no decorrer do tempo, em base do conhecimento da História.

Além de serem distintos das bibliotecas por não terem como finalidade primeira o estudo, a pesquisa e, sobretudo a cultura[7], conforme Schellenberg (2006), os arquivos diferem-se dessas unidades de informação ao modo pelo qual se originam e a forma como os documentos entraram em suas respectivas custódias. Conforme dito anteriormente, os registros que constituem um arquivo são originados de um processo

[7] Para Schellenberg (2006) a dimensão do conceito de cultura está relacionada às atividades de leitura e recreação.

orgânico, uma vez são estruturados e arranjados de forma totalmente agrupada, de acordo com sua origem e função. Trata-se de uma instituição receptora, pois geralmente obtém materiais de apenas uma fonte, recolhendo o que é produzido pela administração pública ou privada à qual está vinculado, não possuindo, assim, grande capacidade de aquisição (BELLOTTO, 2006).

Apesar de tratar os documentos de forma conjunta, a Arquivologia tem como base técnicas bibliotecárias para o tratamento e arranjo de seus materiais. Essas duas instituições têm como função dar acesso à informação e seu caráter geral é o mesmo – ordenar, arranjar e descrever os documentos. Portanto, o arranjo[8] dos arquivos equivale às atividades de classificação na Biblioteconomia e a descrição[9] iguala-se às tarefas realizadas no processo de catalogação e indexação (SCHELLENBERG, 1963).

Consoante com as finalidades, funções e características supracitadas, Paes (2004) classifica os arquivos segundo:

- Os estágios de sua evolução – os documentos são identificados como correntes, intermediários e permanentes, correspondendo ao ciclo vital das informações ou teoria das três idades;
- A extensão de sua atuação – quanto à sua atuação os arquivos podem ser considerados gerais, ou seja, reúnem documentos provenientes de diferentes setores de uma mesma instituição ou setoriais, quando são estabelecidos junto aos órgãos em operação;
- A natureza dos documentos – podem ser do tipo especial, quando são constituídos de diversos formatos, tais como discos, fitas, disquetes, etc., ou especializado, quando se tratam de documentos resultantes de uma determinada área do conhecimento, independentemente de seu suporte. Têm-se como exemplo acervos especializados os arquivos de medicina e engenharia;

[8] "Ordenação dada aos documentos que compõem todo o orgânico do arquivo" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 31).

[9] "Processo intelectual de sintetizar elementos formais e conteúdo textual de arquivamento, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir (inventário, sumário analítico, guia, etc.)" (PAES, 2004, p. 25-26).

- As entidades mantenedoras – conforme as características das organizações a qual pertencem. Os arquivos podem ser públicos, institucionais, comerciais, familiais/pessoais.

Constituídos de documentos de caráter privado[10], os arquivos pessoais são compostos por materiais que tratam da vida e obra de um indivíduo, não lidando com documentos funcionais ou que servem à administração, conforme sugere o conceito geral de arquivos. Desse modo, podem ser caracterizados como os "papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas, etc." (BELLOTTO, 2006, p. 256).

Pode-se dizer, assim, que esse tipo de arquivo diz respeito aos documentos relacionados a qualquer pessoa que seja de interesse para a pesquisa científica e histórica, contendo informações e dados relevantes sobre a vida cotidiana, social, econômica e cultural de sua época ou sobre sua personalidade ou comportamento.

Para comprovar as atividades que exerceu ao longo da vida e conter registros que retratem a realidade em que viveu, o titular reúne diversos tipos de materiais, das mais diversas origens, diferenciando seu acervo dos moldes da arquivística tradicional. Para López (2003), mesmo os materiais que não se enquadram nas características tradicionais, podem ser compreendidos como documentos de arquivos desde que tenham sido criados em decorrência de alguma função inerente à vida de seu titular e foram preservados como prova de tal atividade.

Além das tradicionais perguntas sobre quem produziu, onde foi criado e como se deu esse processo de produção, devemos nos indagar por que o documento foi criado para identificar a vontade de criação do titular e perceber quais são os motivos responsáveis para seu arquivamento e o que o documento pretende provar.

O autor acredita que é necessário, portanto, a recomposição do contexto da produção documental para que o acervo seja dotado de significado arquivístico. Para López (2003) os arquivos devem ser organizados com base no princípio da proveniência e outras propostas como a classificação por assuntos e tipo de suporte

[10] Segundo Bellotto é privado "o documento primário isolado, produzido ou recebido por entidade não-governamental ou pessoa física, documento que, tendo perdido seus liames orgânicos com o meio onde foi gerado, acabou por tornar-se elemento de coleção (pública ou privada) ou mesmo objeto de guarda/posse única de um particular (pessoa física ou jurídica) ou de uma entidade pública" (BELLOTTO, 2006, p. 250).

não são consideradas como exemplos de organização para a Arquivologia, uma vez que lidam com o vínculo entre as informações.

Cook (1998), por sua vez, acredita que o tratamento realizado em arquivos pessoais e públicos pode ser semelhante, pois ambos são produtos de registros de uma atividade e surgem num contexto, como parte de uma atividade ou necessidade, ao mesmo tempo em que, os métodos e técnicas são semelhantes, já que os dois acervos são descritos e armazenados para fins de acesso e consulta. Ademais, possuem foco teórico comum, baseado na construção da memória social e coletiva.

Propõe-se, então, a forma de "arquivos totais" em que os arquivos públicos são constituídos de acervos que refletem a diversidade dos agentes sociais, sendo eles arquivos institucionais privados, arquivos pessoais ou arquivos de instituições públicas, pois "recordar para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público" (COOK, 1998, p. 144).

Barros e Tognoli (2011) argumentam que muitos arquivos pessoais são encarados como coleções pela arquivística clássica, por isso aproximam-se muito mais da Biblioteconomia e da Museologia, devendo ser tratados como um acervo puramente artificial. Desse modo, não são recolhidos pelos arquivos públicos e muitas vezes são custodiados por centros de documentação, universidades e bibliotecas, pela própria resistência dos arquivistas a esse tipo de material. Por fim, os autores acreditam que esses arquivos aproximam e diferenciam a Arquivologia da Biblioteconomia, quanto aos princípios teóricos e metodológicos para a organização de seus acervos. No entanto, deve-se haver uma aproximação das áreas a fim de tratar metas para a organização desses documentos.

Heymann (2009) versa que os arquivos pessoais devem ser tratados conforme o nexo que une os documentos em si, o nexo que une os documentos às atividades do titular e o nexo que une o titular ao conjunto de documentos que constituem seus papéis, com a finalidade de compreender a relação que o titular mantinha com os documentos guardados, além de perceber os usos dos registros e os atributos que lhe foram conferidos, a fim de se verificar as ordens e configurações do arquivo para melhor organizá-lo.

A autora disserta, ainda, que entender esses conjuntos documentais como depositários de valores e representações, e não, somente, como registros das atividades ligadas ao seu titular e produtos "naturais" de sua trajetória podem nos

ajudar a compreender e a desvendar seus significados, contribuindo para a reflexão sobre o devido tratamento que devem receber.

Como forma de materialização da memória, os documentos não podem ser tratados como “matéria-prima objetiva, inocente”, mas como meio que “expressa o poder da sociedade do passado (ou da atual) sobre a memória e o futuro: o documento é o que fica” (LE GOFF, 1992 apud COOK, 1998, p. 140). Desse modo, os arquivos pessoais estão sujeitos a múltiplos processos de organização e seleção. O desejo de perpetuar uma imagem e monumentalizar-se é, muitas vezes, o objetivo do titular ao arquivar e doar os registros que comprovem suas atividades. Segundo Heymann (2005), ao expor sua vida, o titular do arquivo ideologiza sua história e seleciona acontecimentos, tornando o arquivo consequência de suas intenções.

Portanto, ao acumular objetos o indivíduo nos remete a um processo intencional do que deve ser guardado, além de como isso deve ser feito e o que pode ser eliminado. Como exemplo desse tipo de prática, temos o Arquivo de Gustavo Capanema, estudado por Priscila Fraiz (1998), que observa que seu planejamento e organização foram realizados pelo próprio titular. A constituição de sua identidade foi buscada no ato de organização do arquivo, em que se construiu uma expressão individual de sua imagem, seu eu, imortalizando-o (FRAIZ, 1998). Por conseguinte, ao guardar documentos o indivíduo constrói uma memória para si mesmo e, desse modo, constrói sua própria identidade.

Inicialmente preservados com intenção comprobatória e funcional, os documentos, podem ao longo da vida do titular, adquirir um status de patrimônio pessoal que se deseja perpetuar e cristalizar. Esse processo de cristalização da memória vai desde a composição do arquivo à instituição que o detém. Os arquivistas são, desse modo, participantes de um processo histórico, uma vez que criam, confirmam e filtram os documentos que fazem parte deste acervo (COOK, 1998).

Além disso, os arquivos pessoais nos remetem a suportes de informação que serão analisados e estudados por pesquisadores, sobretudo historiadores, pois muitas vezes contém “informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, arte e a sociedade” (BELLOTTO, 2006, p. 266).

Para Bellotto (2006), a problemática que envolve os arquivos pessoais como fonte de pesquisa possui três polos: as famílias (ou titulares em vida), os arquivistas

e historiadores que devem estar atentos ao valor dos papéis e objetos pessoais. Esses materiais tratam, na maioria das vezes, dos aspectos da vida e experiência humana, devendo ser estudados e sintetizados pela ciência histórica. Os arquivistas, conforme dito anteriormente, fazem parte desse processo e devem dar acesso a essa matéria-prima.

Tem-se, desse modo, que fomentar a consciência sobre o valor dos arquivos privados junto aos seus detentores, a sociedade e aos pesquisadores para que esse patrimônio documental seja reconhecido como parte do desenvolvimento nacional, salvando e resgatando os valores fundamentais da nacionalidade neles embutido.

Ainda de acordo com Bellotto (2006), é imprescindível, assim, que esses arquivos particulares sejam recolhidos por arquivos ou centros de documentação especializados. Muitas vezes, as bibliotecas também adquirem esses materiais. Schellenberg (2006) lamenta essa prática, pois

> Uma vez que o governo crie uma biblioteca e um arquivo, essas organizações não devem competir entre si na aquisição de documentos [...] Cada um desses dois tipos de instituição tem trabalho suficiente no seu próprio campo sem precisar invadir o do outro (SCHELLENBERG, 2006, p. 46-47).

Bellotto (2006), também disserta sobre qual o destino da transferência e custódia de acervos particulares brasileiros. A autora nos indaga se arquivos privados devem ser custodiados em instituições culturais ou de pesquisa histórica ou em fundações específicas de caráter mais geral ou ainda em instituições culturais públicas. Bellotto defende a criação de um guia das coleções de documentos privados e fundos de arquivos privados para fornecer aos pesquisadores os dados de localização e conteúdo desses acervos a fim de possibilitar a análise e estudo desses documentos.

Como instituições públicas de caráter cultural têm-se como exemplo de bibliotecas custiadoras de arquivos pessoais, além da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, a Biblioteca Nacional, detentora das coleções de Afrânio de Melo Franco, Lafayette Cortes, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, etc. e a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, pertencente à Universidade de São Paulo, construída em 2005 a fim de abrigar e integrar a coleção brasiliana dos bibliófilos José e Guita Mindlin.

Mesmo que não seja sua função primordial, muitas bibliotecas abrigam coleções pessoais em seus acervos, traçando metodologias distintas quanto ao tratamento dado a esses materiais, uma vez que esses acervos são de interesse para a pesquisa, possuindo valor científico, histórico e artístico. Por mais que essa seja uma prática corriqueira, a pergunta ainda paira no ar: como se dá a relação entre arquivos e bibliotecas?

4 BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UMA COLECIONADORA NATA

Um dos órgãos complementares da Universidade de Brasília (UnB), a Biblioteca Central tem como objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, mantém acervo nos formatos físico e digital que atende às necessidades informacionais de discentes, docentes e da comunidade (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Centralizando os processos técnicos e administrativos desde sua criação em 1962, a BCE/UnB teve suas primeiras instalações, assim como a própria UnB, no edifício do Ministério da Educação e Cultura – antigo MEC. O início de seu acervo foi marcado por uma "coleção de emergência", que contemplava doações advindas de entidades públicas e privadas, sem nenhum critério rigoroso de seleção, caracterizando-se por obras de consulta e referência, tais como dicionários, enciclopédias e alguns periódicos (FONSECA, 1973).

Essa coleção não atendia às demandas e a infraestrutura bibliográfica necessária para os cursos da Universidade, assim, ainda em 1962, o professor Edson Nery da Fonseca[11] foi convidado a administrar a biblioteca, que já se encontrava no campus da Universidade, na atual Faculdade de Educação – FE. Suas primeiras iniciativas foram a solicitação das bibliografias mínimas aos coordenadores dos cursos e instalações dignas para atender ao seu público.

Com a formulação das bibliografias, a problemática girou em torno da aquisição, pois a biblioteca não possuía grandes recursos financeiros. Segundo Fonseca (1973), o consultor da reitoria para assuntos internacionais, Dr. Georges Daniel Landau, teve a ideia de pedir auxílio para a compra de livros e periódicos para a Fundação Ford. O convênio para um programa quinquenal foi então firmado e iniciado em 1963, sendo concluído em 1968. A partir dos recursos provenientes dessa parceria foi possível enriquecer os acervos das áreas de Educação, Ciência e Tecnologia e, ainda, elaborar o projeto arquitetônico do novo edifício da Biblioteca Central com o auxílio dos bibliotecários Frazer Poole e Morris Gelfandna.

[11] "Edson Nery da Fonseca [foi] professor emérito da Universidade de Brasília, onde criou e dirigiu o curso de Biblioteconomia, além de ter sido o responsável pela implementação da Biblioteca Central" (FONSECA, 2007).

Naquela época não havia um destaque no orçamento da Universidade para a aquisição de material bibliográfico. Fonseca (1973) relata que sempre pediu ao professor Darcy Ribeiro uma ideia aproximada do que poderia ser gasto “nessa inexistente rubrica orçamentária” e ouviu o que, sobremaneira, deixaria qualquer bibliotecário feliz: “não há limites para aquisição de livros”. Outra vez Edson Nery foi desafiado por Darcy:

> Você está intimado a formar na UnB uma Brasiliana completa, adquirindo — por compra, doação e, eventualmente, por apropriações das chamadas 'indébitas'[12] — todos os livros referenciados por Rubens Borba de Moraes na Bibliographia Brasiliana (FONSECA, 1973, p. 39).

Ainda de acordo com Edson Nery da Fonseca, o ano de 1963 foi, talvez, um dos períodos em que a BCE/UnB mais cresceu. Foram adquiridas diversas coleções particulares de grande valor, tais como a de Bibliografia e Biblioteconomia que pertenceu a Oswaldo de Carvalho com 415 volumes; a de Direito Internacional do embaixador Hildebrando Accioly[13] que possuía 710 itens; a de Homero Pires[14] com 30.000 volumes, em sua maioria, obras raras pertencentes às coleções ruiana, castroalvina, camoniana e camiliana; a de Pedro de Almeida Moura[15] que integrava 9.600 volumes, também com muitas obras raras e a maior goetheana da América Latina (FONSECA, 1973).

Na mesma época foram adquiridos três códigos medievais portugueses que pertenciam ao professor Serafim Silva Neto[16], além da série completa da Coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olympio Editora, bem como a biblioteca

---

[12] Segundo o artigo 168 do Código Penal Brasileiro, a apropriação indébita consiste na apropriação de coisa alheia móvel. Ocorre quando o indivíduo não entrega ou devolve um bem móvel ao qual ele tem acesso ao seu legítimo dono (BRASIL, 1940).

[13] Hildelbrando Pompeu Pinto Accioly (1888-1962) foi um diplomata e jurista brasileiro. Especialista em direito público internacional, é autor de diversas obras sobre a área (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, 2001).

[14] Homero Pires (1887-1962) foi um político baiano. Formado em Direito, exerceu o cargo de deputado federal e publicou diversos livros ao longo de sua vida, tais como Obras Completas de Álvares de Azevedo (organização, 1942) e Rui Barbosa e o Exército (1950) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, 2001).

[15] Segundo Edson Nery, Pedro de Almeida Moura, foi um paulista, professor de Filosofia, que possuía boa parte da literatura grega e romana em seu acervo particular (PIRES, 2012).

[16] Serafim Silva Neto (1917-1960) é considerado um dos maiores filólogos da língua portuguesa. Nascido no Rio de Janeiro, escreveu uma farta bibliografia sobre linguística. Além disso, foi professor e um dos fundadores da (Pontifícia) Universidade Católica do Rio de Janeiro (MORAES, 2008).

particular de Ricardo Xavier da Silveira[17], que continha as edições da Sociedade dos Cem Bibliófilos, dentre outros materiais raros.

Em contínuo crescimento, em janeiro de 1964, a biblioteca mudou-se para outro local. O prédio SG-12 abrigou o acervo até que o edifício definitivo ficasse pronto, dispondo-se de uma copiadora, cantina e uma roleta de controle de entrada e saída de usuários. Outra novidade foi que seu funcionamento passou a ser de 24 horas. Após o Golpe Militar, em abril do mesmo ano, o campus da Universidade foi invadido pela Polícia Militar e a biblioteca foi interditada. Os livros e documentos que poderiam ser subversivos foram apreendidos e voltaram às estantes logo após a liberação do local (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015d).

Em 1967, com os recursos advindos da Fundação Ford, o especialista em arquitetura de bibliotecas, Dr. Frazer G. Poole, foi convidado a auxiliar no projeto de construção da BCE/UnB. Por meio do Programa para Desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, convênio estabelecido entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, foi possível obter o financiamento necessário para a construção do novo prédio (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015d).

Elaborados cinco anteprojetos pelo Centro de Planejamento da Universidade de Brasília – CEPLAN, que não foram aprovados pelo BID, pois não atendiam aos critérios solicitados. Em 1968, uma nova equipe da CEPLAN apresentou um projeto que foi aceito. De acordo com Volpini, participaram desse trabalho de reformulação:

> O arquiteto José Galbinski, com a colaboração dos arquitetos Walmir Santos Aguiar, Jodete Rio Sócrates e Miguel Alves Pereira, e os bibliotecários Antônio Agenor Briquet de Lemos, Edson Nery da Fonseca, Rubens Borba de Moraes e Elton Eugênio Volpini (VOLPINI, 1973, p. 46).

Em 1973, a BCE/UnB foi instalada em seu prédio definitivo, com capacidade para abrigar um milhão de volumes e dois mil usuários simultaneamente, ocupando uma área de aproximadamente 16.200 m² (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015d).

Atualmente, a Biblioteca Central busca desenvolver seu acervo a fim de suprir as necessidades informacionais da comunidade universitária. Apesar da escassez de

[17] Ricardo Xavier da Silva era carioca, membro da sociedade dos Cem Bibliófilos durante os anos de 1949 a 1950 (KNYCHALA, 1980).

recursos financeiros e humanos, a instituição promove ações que impulsionem a produção científica da Universidade. Além disso, a carência de bibliotecas públicas no Distrito Federal faz com que a biblioteca lide não apenas com o público acadêmico, mas também com boa parte da população brasiliense que busca locais para estudo, por exemplo.

Ademais, para facilitar o tratamento, guarda e acesso, a BCE/UnB divide seu acervo físico nas seguintes coleções:

1. Acervo geral: integrado por livros, teses e dissertações;
2. Folhetos: materiais com até 49 páginas, separados do acervo geral a fim de facilitar a localização;
3. Periódicos: acervo de revistas com aproximadamente 3.700 títulos;
4. Referência: materiais de consulta rápida, tais como dicionários e enciclopédia;
5. Coleções Especiais:
    - OAE – Organismos Internacionais e Assuntos Especiais: compreendendo os livros da Editora da UnB, além da produção científica da Universidade, bem como publicações de organismos internacionais e acervos especiais;
    - Mapoteca;
    - Multimeios;
    - Obras raras;
    - Cassiano Nunes
    - Arquivo Carlos Lacerda (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015a).

Como exemplo de coleções pessoais em bibliotecas, além do Arquivo Carlos Lacerda, a BCE/UnB abriga o acervo pessoal do professor e escritor Cassiano Nunes (1921-2007). Paulista e filho de imigrantes portugueses, Cassiano foi um dos poetas mais influentes em Brasília, lecionando na UnB entre os anos de 1966 e 1991, recebendo o título de *Dr. Honoris Causa* da Universidade em 2002 (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015a).

Com inúmeras contribuições à Universidade de Brasília, Cassiano sempre manteve uma relação próxima com a instituição, desejando que seu acervo pessoal

pertencesse à Universidade. Com seu falecimento em 2007, este material foi doado para a BCE/UnB, tornando-se um local para pesquisa nas áreas de Letras e Artes. De acordo com as informações disponibilizadas no portal da Biblioteca, a coleção possui mais de 14 mil volumes. Dentre eles estão as primeiras edições e obras autografadas de escritores brasileiros, além da coleção de Monteiro Lobato, admirado e estudado por Cassiano ao longo de sua vida, bem como correspondências, fotografias, filmes e DVDs de cunho pessoal (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015a).

Em entrevista à UnBTV em 2013, Majú Evangelista, mais conhecida como “Dona Maju”, atual curadora e guardiã do Espaço Cassiano Nunes, responsável, ainda, pelo processo de inclusão desses documentos na Biblioteca, conta que acreditava que o acervo do professor deveria possuir um local reservado, uma vez que se tratava de uma coleção original e que teria muitos títulos repetidos se comparados ao acervo geral da BCE/UnB, o que ocasionaria seu descarte e dispersão na biblioteca. Além disso, ela tinha convicção de que a biblioteca universitária tem que ser um local diversificado e que dá acesso aos mais variados tipos de materiais, então, pensou numa comissão de projetos para que o Espaço fosse idealizado e concretizado (UnBTV, 2013).

Vê-se, dessa forma, que a Biblioteca Central tem como prática a aquisição de coleções pessoais. Uma das últimas doações à BCE/UnB foi a Biblioteca de Roberto Lyra Filho (1926-1986), professor da UnB e escritor, atuante na área do Direito. A concessão foi efetivada em 2015 e passará pela etapa de processamento técnico para, então, integrar-se ao catálogo da Biblioteca Central (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015b).

4.1 CARLOS LACERDA: O DEMOLIDOR DE PRESIDENTES

Membro de uma família que participava ativamente da vida política nacional brasileira, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, ou simplesmente Carlos Lacerda, nasceu em 1914, no Rio de Janeiro. Empresário, jornalista, escritor e político, Lacerda

foi vereador, deputado federal e governador do antigo Estado da Guanabara[18] durante os anos de 1960 a 1965, tornando-se, posteriormente, candidato à Presidência da República (DULLES, 1992).

Neto de Sebastião Lacerda, representante da oligarquia fluminense, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1897-1898) e do Supremo Tribunal Federal (1912-1925), filho de Maurício Lacerda, deputado federal em 1912, com atuação na luta pelos direitos operários e sobrinho de Fernando e Paulo Lacerda, líderes e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Carlos Lacerda recebeu seu nome em homenagem aos pensadores Karl Marx e Frederico Engels, sendo influenciado desde cedo pelos ideais de esquerda (DULLES, 1992).

Em 1932 deu início à sua vida política e à faculdade de Direito, curso que abandonou três anos mais tarde, dedicando-se à militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização esquerdista que tinha como objetivo a oposição ao governo Vargas, combatendo a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1934 (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Conforme consta no Inventário do Fundo Carlos Lacerda (2000), a repressão aos pensamentos comunistas o levou à clandestinidade até 1938, época em que começou a se dedicar à escrita, iniciando os trabalhos na revista *O Observador Econômico e Financeiro*. No ano seguinte, Lacerda rompeu as relações com o Partido Comunista por conta da repercussão negativa de um artigo que havia publicado, sendo acusado de traição e ex-comunista pelo PCB.

Com o círculo intelectual e político estremecido durante a ditadura do Estado Novo, Lacerda iniciou uma oposição ferrenha a Getúlio Vargas, filiando-se à União Democrática Nacional (UDN), apoiando os ideais de antigetulismo, anticomunismo e a candidatura de Eduardo Gomes para a presidência da República.

Na mesma época, Carlos Lacerda ficou reconhecido como jornalista por meio periódico *Correio da Manhã*, jornal este, que possibilitou que ele lançasse a coluna *Na Tribuna da Imprensa*, destinada a traçar um relato diário dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946. Com essa notoriedade, Carlos Lacerda começou a

[18] "O estado da Guanabara foi um estado brasileiro entre os anos de 1960 a 1975. Com a transferência da administração federal para Brasília e da perda do status de capital federal, o estado foi criado pela Lei San Tiago Dantas em 14 de março de 1960 e sua composição geográfica abarcava todo o território da antiga capital. Seu primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda pelo partido da UDN" (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015).

dar seus primeiros passos rumo à política. Filiado à UDN, foi o candidato mais bem votado para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1947 (DICIONÁRIO HISTÓRICO- BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, 2001).

Após um ano de mandato, Lacerda renunciou ao cargo de vereador, dedicando-se em 1949 à fundação de seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa*, veículo de comunicação e de oposição ao governo de Getúlio Vargas, eleito em 1950 para presidir o Brasil. Com a disputa cada vez mais acirrada, Vargas tentou combater os meios de comunicação da oposição, ajudando Samuel Wainer, amigo de Carlos Lacerda dos tempos da esquerda, a fundar o jornal *Última Hora*. A concorrência entre os dois periódicos foi enorme e em 1953 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar o favorecimento de Wainer junto ao Banco do Brasil para fundar seu jornal. Por fim, Lacerda provou que Samuel não tinha nacionalidade brasileira e, assim, não poderia ser dono do jornal (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2000).

TRIBUNA DA IMPRENSA

JANGO CANDIDATO: DESAFIO AO POVO CARIOCA

SOMOS UM POVO HONRADO GOVERNADO POR LADRÕES

EDIÇÃO FINAL

Figura 1: Jornal *Tribuna da Imprensa*

Fonte: Direitas já! (2015)

Conforme Motta (2000), em agosto de 1954 o cenário político brasileiro se transformou. Na madrugada do dia 5, ao voltar para casa após um comício, Carlos

Lacerda sofreu um atentado, próximo à entrada do prédio onde residia na Rua Tonelero, em Copacabana. Neste episódio, ele foi ferido no pé e um de seus acompanhantes, o major-aviador Rubens Vaz, faleceu. O caso que ficou conhecido como o Atentado da Rua Tonelero, resultou no indiciamento do chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, Gregório Fortunado, causando grande crise no governo. As investigações e o possível envolvimento do presidente no crime, o levaram ao suicídio. Acusado de "assassino de Vargas", Lacerda passou de vítima a vilão, tendo que se esconder da multidão que chorava a morte do "pai dos pobres".

Ainda no mesmo ano, Lacerda derrotou o filho de Vargas nas urnas e foi eleito deputado federal com uma diferença de quase 40 mil votos sobre o segundo colocado. Com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart no ano seguinte, Carlos Lacerda firmou sua fama de "demolidor de presidentes" ao tentar impedir a posse da chapa, juntamente com os integrantes da UDN. No editorial da primeira página de 9 de outubro de 1955, Carlos Lacerda escreveu que "esses homens não podem tomar posse; não devem tomar posse; não tomarão posse" (MOTTA, 2000, p. 2).

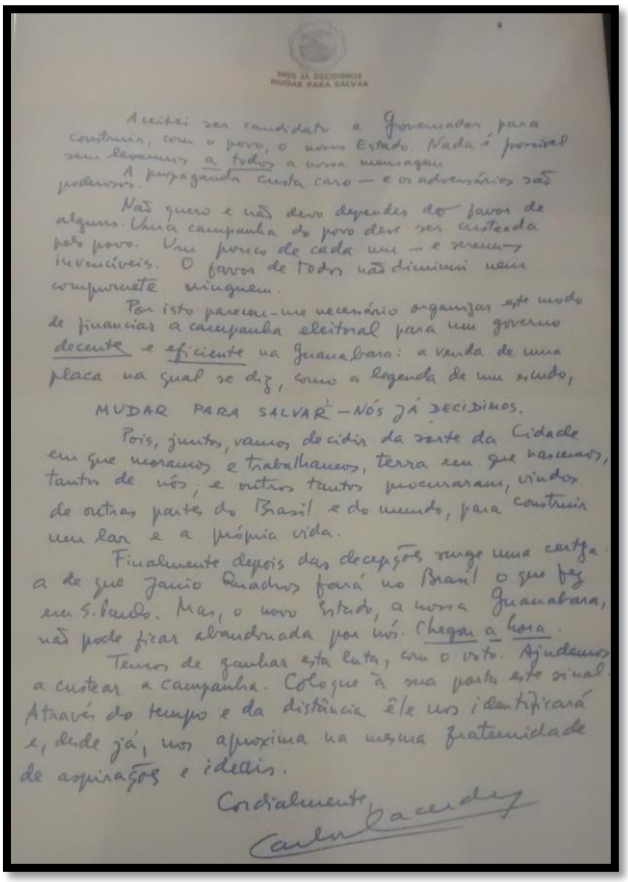
Com o golpe militar da "legalidade", Lacerda exilou-se em Cuba, de onde foi para os Estados Unidos e posteriormente para Portugal. Longe da política brasileira, continuou trabalhando como jornalista, sendo correspondente de jornais brasileiros no exterior. Em 1956, reassumiu o cargo de deputado federal na Câmara dos Deputados, aprimorando sua oratória, que "cortava os ares como rajada de fogo" (MOTTA, 2005, p. 3).

Segundo Lopes (2009), durante os anos de 1956 a 1960, Carlos Lacerda, por meio do jornal *Tribuna da Imprensa*, deu apoio ao movimento político contrário à mudança da capital federal para Brasília, publicando vários artigos relacionados ao "antimudancismo"[19]. De acordo com o autor, tratava-se de um veículo de comunicação que não participou simplesmente de um movimento de oposição à transferência da capital, mas, foi, sobretudo, uma ferramenta eficaz no que diz respeito às objeções de Lacerda a JK, numa tentativa do jornalista em desestabilizar o governo do então presidente.

Em 1960 e com a instabilidade econômica causada pelo governo de JK, a UDN conseguiu ganhar as eleições, elegendo Jânio Quadros para a presidência. Além

[19] De acordo com Lopes (2009), o "antimudancismo" diz respeito ao "movimento político contrário à transferência da capital para Brasília." (LOPES, 2009, p. 1)

disso, uma nova etapa teve início na carreira política de Carlos Lacerda: tornar-se o primeiro governador do Estado da Guanabara, eleito diretamente pela população carioca. Reconhecido como um dos melhores governadores da história do Rio de Janeiro, Lacerda deu grande impulso à educação do estado, construindo escolas primárias e técnicas, além da fundação da Universidade do Estado da Guanabara, implementando, ainda, a obrigatoriedade escolar. Ademais, investiu em obras relacionadas ao abastecimento de água e tratamento de esgoto, como o Guandu, que contornou a crise de fornecimento hídrico posteriormente. Por fim, criou regiões administrativas, descentralizando o aparelhamento estatal, realizando grande controle dos gastos públicos (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015).



NÓS JÁ DECIDIMOS
MUDAR PARA SALVAR

Aceitei ser candidato a Governador para construir, com o povo, o novo Estado. Nada é possível sem levarmos a todos a nossa mensagem.
A propaganda custa caro — e os adversários são poderosos.

Não quero e não devo depender do favor de alguns. Uma campanha do povo deve ser custeada pelo povo. Um pouco de cada um — e seremos invencíveis. O favor de todos não diminui nem compromete ninguém.

Por isto pareceu-me necessário organizar este modo de financiar a campanha eleitoral para um governo decente e eficiente na Guanabara: a venda de uma placa na qual se diz, como a legenda de um escudo,

MUDAR PARA SALVAR — NÓS JÁ DECIDIMOS.

Pois, juntos, vamos decidir da sorte da Cidade em que moramos e trabalhamos, terra em que nascemos, tantos de nós, e outros tantos procuraram, vindos de outras partes do Brasil e do mundo, para construir um lar e a própria vida.

Finalmente depois das decepções surge uma certeza: a de que Jânio Quadros fará no Brasil o que fez em S. Paulo. Mas, o novo Estado, a nossa Guanabara, não pode ficar abandonada por nós. Chegou a hora.

Temos de ganhar esta luta, com o voto. Ajudemos a custear a campanha. Coloque à sua porta este sinal. Através do tempo e da distância êle nos identificará e, desde já, nos aproxima na mesma fraternidade de aspirações e ideais.

Cordialmente,
Carlos Lacerda

Figura 2: Carta de Carlos Lacerda durante a campanha para governador do Estado da Guanabara.

Fonte: LACERDA, Carlos. Escrito para a campanha “Mudar para salvar – nós já decidimos”. Rio de Janeiro, [1960]. (Universidade de Brasília – Biblioteca Central – Arquivo Carlos Lacerda).

Para alcançar todos esses planos de desenvolvimento, Carlos Lacerda necessitava dos recursos provenientes do governo federal. Insatisfeito com o orçamento destinado ao Estado da Guanabara, Lacerda queixou-se do governo de Jânio Quadros. Com o anúncio da Política Externa Independente (PEI), que diminuía a relação do Brasil com os Estados Unidos, ele acusou Jânio de ter uma atitude demagógica. A desavença piorou durante a discussão sobre a tentativa de invasão do território cubano, o que provocou a renúncia de Jânio e a posse do vice presidente João Goulart, o herdeiro dos ideais de Getúlio Vargas (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2000).

Ainda de acordo com o Inventário do Fundo Carlos Lacerda (2000), o fim do ano de 1962 foi marcado pela crise no governo de Carlos Lacerda. Sua decisão de remover algumas favelas da Zona Sul e construir conjuntos habitacionais para abrigar mendigos causou grande alvoroço na sociedade. Algumas fontes relatam, ainda, que o então governador da Guanabara era suspeito de mandar matar os favelados da cidade. Então, em 1963, Lacerda se negou a depor numa CPI referente ao assunto, dando margem para a oposição pedir seu *impeachment*. Essa solicitação foi arquivada por falta de provas.

No ano seguinte, Carlos Lacerda se lançou candidato à presidência da República pela UDN. No entanto, o clima de instabilidade tomou conta do país. As revoltas e o medo do comunismo fizeram com que os militares tomassem o poder, derrubando o governo de Goulart em março de 1964. Lacerda apoiou o golpe, acreditando que a permanência militar não se estenderia por muito tempo e que as próximas eleições, em 1965, estariam garantidas.

Porém, contrariando as expectativas, o general-presidente Castelo Branco suspendeu as eleições subsequentes e teve seu mandato prorrogado até 1967. Lacerda teve que lidar com a mudança no cenário político imposto pelo regime. Acreditando, então, que os militares dificilmente deixariam o poder, aliou-se a Juscelino Kubitschek e João Goulart, ambos com os direitos políticos cassados em 1964, assinando um manifesto que lançava o movimento da Frente Ampla. Movimento, este, que tinha como objetivo a volta da democracia brasileira e que fracassou, sendo extinto em abril de 1968 pelos militares. Em dezembro seguinte, Lacerda foi preso e teve seus direitos políticos cassados por dez anos (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2000).

A partir de 1969, Carlos Lacerda dedicou-se inteiramente ao jornalismo e aos negócios, tornando-se correspondente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* na Europa e na África. Durante esses anos também fundou a editora Nova Fronteira, reconhecida nacionalmente por publicar livros de autores nacionais e estrangeiros (MEMÓRIA VIVA, 2004).

Carlos Lacerda teve uma morte súbita em 1977, sendo vítima de infarto no miocárdio. Os três líderes da Frente Ampla faleceram em datas próximas, o que levantou uma suspeita de que as mortes poderiam estar relacionadas e que se tratava de uma conspiração do governo. No entanto, isso nunca foi comprovado.

Ao longo de sua vida Lacerda escreveu muitos livros e crônicas, dentre os quais se destacam “O cão negro” (1971), “A casa do meu avô” (1977) e “Depoimento” (1978). Além disso, manteve relações com inúmeras personalidades de sua época, tais como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Érico Veríssimo e Di Cavalcanti (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2000). O intenso número de cartas enviadas e recebidas por ele culminou no que abrange, hoje, a maioria dos documentos reunidos no Arquivo Carlos Lacerda localizado na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

4.2 O ARQUIVO CARLOS LACERDA

A trajetória deste arquivo pessoal teve início em 1979. Conforme consta no termo de doação da família, dois anos após a morte de Carlos Lacerda sua esposa, Letícia Lacerda, vendeu sua biblioteca à Universidade de Brasília e doou, como parte desse processo, seu arquivo particular à instituição (FUNDAÇÃO 18 DE MARÇO, 2015). Os livros que compunham sua coleção fazem parte, hoje, do acervo geral da BCE/UnB e da Coleção de Obras Raras, estando organizados de acordo com seu assunto. Há publicações sobre autores brasileiros, política e economia, bem como a própria produção literária de Carlos Lacerda, em vida e póstuma (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015c).

O material arquivístico, por sua vez, durante vinte anos não recebeu nenhum tipo de tratamento por parte da instituição, sendo raramente utilizado como fonte de pesquisa por historiadores ou curiosos (FUNDAÇÃO 18 DE MARÇO, 2015).

Preocupada com a preservação desse acervo, em 1999, a Universidade buscou outras formas de angariar os recursos financeiros necessários para sua organização. Desse modo, firmou patrocínio com a Fundamar (Fundação 18 de março), localizada em Belo Horizonte, conforme o termo de compromisso firmado com a UnB em março do mesmo ano.

De acordo com a Fundamar (2015), o arquivo é constituído, basicamente, por cartas, recortes de revistas e jornais, bem como textos manuscritos ou datilografados, correspondente ao volume de aproximadamente 27 metros lineares de documentação, além de slides, discos de vinil e fitas, possuindo aproximadamente 60 mil documentos. Embora farto, este material não envolve toda a documentação deixada por Carlos Lacerda.

Segundo o inventário realizado em 1999, estão ausentes a cópia referente ao discurso de Lacerda nos 50 anos de Osório Borba e a carta enviada por Mário de Andrade em que constava a explicação sobre sua poesia *O café*, por exemplo. Algumas dessas faltas são descritas na biografia produzida por Dulles (1992). Assim, é possível concluir que muitos desses documentos ainda possam estar em posse da família ou dispersos, o que tornou necessária a criação de um espaço no arquivo para acolher esses materiais, caso sejam encontrados.

Essas omissões ou descontinuidades são características comuns aos arquivos pessoais e nesse quesito, essa coleção não poderia ser diferente. Talvez por ter sido jornalista e escritor, Carlos Lacerda registrava e guardava tudo, mantendo um espírito de colecionador ao preservar indícios de sua vida e da história da política brasileira. Além disso, ele mantinha livros inteiros de assinatura de admiradores, o que demonstra sua popularidade naquela época:

> No futuro poderão contar como lenda: Era uma vez um homem bom que se impôs aos seus contemporâneos pela intransigência na defesa dos princípios de Liberdade, Trabalho e Honradez, eleito primeiro Governador da Guanabara, trabalhou pela cidade tornando-a o símbolo da Cidade Maravilhosa. Mas este homem existe. É você Carlos Lacerda, que passará para a posteridade como Paladino da Democracia no Brasil. Primeira página de um livro de assinaturas (MEMÓRIA VIVA, 2004).

Ainda de acordo com as informações localizadas no Inventário do Fundo Carlos Lacerda (2000), há momentos que foram extremamente documentados por ele enquanto outros episódios foram excluídos, o que vai ao encontro às características intrínsecas aos arquivos pessoais analisadas por Heymann. Porém, essa particularidade não diminui o valor histórico desse acervo, que se torna, ao longo do tempo, uma fonte de informação inestimável acerca do cenário político brasileiro contemporâneo para pesquisadores, historiadores e demais interessados. Ademais, o cuidado em conservar seus documentos, aponta a preocupação de Lacerda de se precaver dos entraves políticos de sua época e de construir sua própria biografia.

Para facilitar o manejo do material e dispô-lo de uma maneira que seja possível sua rápida localização e segurança, foi necessário estudar a vida de Carlos Lacerda e dividi-la em quatro séries[20] principais:

- Vida Pessoal: composta pelos registros e documentos pessoais de Carlos Lacerda referentes à sua relação com amigos e familiares;
- Produção Intelectual: constituída por materiais produzidos durante as atividades de jornalista, escritor, teatrólogo e tradutor;
- Vida Empresarial: série relacionada aos documentos de suas atividades empresariais perante o jornal *A Tribuna da Imprensa* e outros empreendimentos;
- Vida Política: em termos quantitativos, a maior série sobre a vida de Carlos, compõe-se dos registros relacionados à sua militância e aos cargos políticos que exerceu de vereador, deputado federal e governador. Além disso, abrange os principais acontecimentos políticos relacionados à história recente do Brasil (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2000).

Cada uma dessas séries foi subdividida, dando origem a outras subséries documentais[21]. Um exemplo da junção de materiais de um mesmo assunto é o Atentado da Rua Tonelero, em que consta um dossiê[22] com recortes de jornais e revistas, cartas e depoimentos sobre o atentado sofrido por Carlos Lacerda em 1954.

---

[20] "Unidade de arquivamento, ou seja, documentos ordenados de acordo com o quadro de arranjo, ou conservados como uma unidade porque se relacionam às mesmas atividades e funções ou ao mesmo tipo documental" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 332).

[21] "São conjuntos de registros documentais com um mesmo conteúdo informacional" (UNB, 1999).

[22] "Conjunto formado por documentos de proveniências diversas, e agrupados por assunto" (ICA, apud, CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 136).

Em suma, a criação dessas séries possibilita, ainda, o alcance de um dos objetivos da coleção, que é o de “viabilizar o uso do Arquivo por pessoas interessadas em pesquisas, consultas e estudos”, uma vez que seu uso é facultado ao público, observadas as normas que constam em seu regulamento (FUNDAÇÃO 18 DE MARÇO, 2015).

Atualmente, esse acervo faz parte Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UnB e passa por um processo de reorganização, bem como higienização e acondicionamento, estando à disposição da comunidade para consulta. Seu empréstimo não é permitido. No entanto, a instituição proporciona atividades periódicas de divulgação do material, tornando essa uma forma de relembrar e rememorar a importância desse político na história brasileira. Em 2014, por exemplo, a Biblioteca promoveu uma exposição sobre o centenário de Carlos Lacerda com fotos, recortes de jornais, diplomas, manuscritos e objetos pessoais que contou com a participação de alunos, professores e do público em geral (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015c).

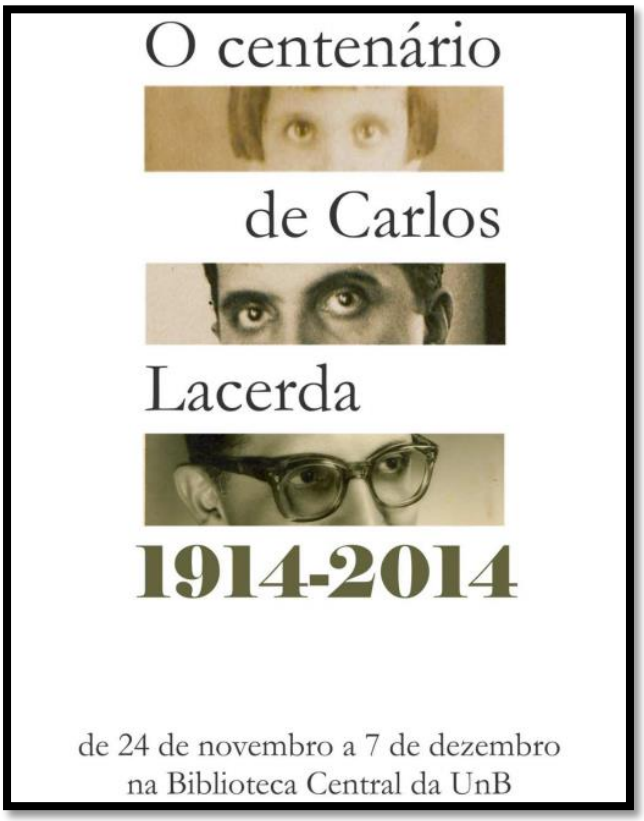


Figura 3: O centenário de Carlos Lacerda (1914-2014)

Fonte: Biblioteca Central da Universidade de Brasília (2015c).

Além da documentação localizada na BCE/UnB, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), conta com vasto material relativo ao período de gestão do governo de Carlos Lacerda frente ao estado da Guanabara. O acervo foi doado ao órgão por Mauro Magalhães[23], constituindo-se de documentos textuais e audiovisuais, produzido pela Assessoria de Imprensa do estado, que preservou a documentação com o intuito de poder recuperar a história da administração do Rio de Janeiro durante os anos de 1960 a 1965. Assim, seu valor informativo e artístico, em vista da importância de Lacerda no cenário local e nacional, torna-se inquestionável (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015).

[23] Mauro Magalhães foi "líder do governo Carlos Lacerda na Assembleia Legislativa na época do então Estado da Guanabara" (LIMA E SILVA, 2014).

5 A SÍNDROME DA BIBLIOTECA COLECIONADORA: A RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Embora bibliotecas e arquivos possuam práticas distintas e suas diferenças estejam intrinsecamente relacionadas ao modo como seus acervos são compostos e as instituições que os detém, essas unidades de informação "não nasceram separadas, mas foram se afastando ao longo do tempo" (SMIT, 2003).

Ao que se sabe as primeiras entidades que cuidavam e organizavam a produção do conhecimento tinham que lidar tanto com materiais bibliográficos, quanto com documentos de cunho arquivístico (MARTINS, 1996; WITTY, 1973, apud SMIT, 2003). Atualmente, no entanto, há uma visão tradicional que distingue essas duas áreas de atuação, ignorando suas semelhanças. Smit (2003) propõe, assim, que a Arquivologia, a Biblioteconomia e, ainda, a Museologia sejam colocadas lado a lado, uma vez que compõem a mesma área científica – a Ciência da Informação. Através da abordagem das "3 Marias"[24] é possível observar essas áreas de conhecimento por meio da função social que elas desempenham, centrada na coleta, armazenagem e acesso à informação, partindo do pressuposto de que suas práticas e metodologias são distintas, mas algo as une.

Segundo a autora, arquivos e bibliotecas lidam com informações que são registradas, consideradas úteis conforme a avaliação pelas quais são submetidas, tornando-se, desse modo, institucionalizadas, pois são resultado de decisões institucionais. Se a informação é institucionalizada, ou seja, está de acordo com a finalidade que lhe é atribuída, seja cultural ou funcional, então, bibliotecas e arquivos a organizam conforme seus objetivos, aceitando ou negando certos tipos de materiais, por exemplo. Essa institucionalização possui uma razão cultural, social e econômica, uma vez que seu gerenciamento baseia-se nas necessidades da comunidade a ser atendida.

Smit (2003), disserta ainda, que tanto bibliotecas quanto arquivos são mediadores da informação, pois guardam, organizam e disponibilizam a informação certa e na hora certa. Assim, os profissionais que atuam nessas instituições formam

[24] Segundo Smit (1993), essa denominação refere-se às "três profissões irmãs da organização da informação (museologia, arquivologia e biblioteconomia e documentação = as **3 Marias**) (SMIT, 1993, p. 81).

um elo entre a informação e o indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento humano e social.

Posto isso, a aproximação entre essas duas áreas do conhecimento faz com que, muitas vezes, certos tipos de materiais possam ser submetidos a processos de tratamento bibliográfico e/ou arquivístico. Um exemplo disso, são as coleções fotográficas, que são organizadas e armazenadas de forma distinta, dependendo da instituição em que se encontram (MATOS, 2011).

É comum, ainda, a existência de arquivos em bibliotecas, demandando competências profissionais que, segundo Matos (2011), a maioria dos bibliotecários não adquire durante sua formação. Poirot (2001), em seu artigo *Les archives dans les bibliothèques: bulletin des Bibliothèques de France*, traça um panorama dessa realidade na França, analisando a biblioteca como uma local que se perpetua com o passar do tempo, tornando-se uma herança do povo e um espaço de memória, verificando, ainda, quais são as relações entre os tipos de serviços oferecidos pelos arquivos e bibliotecas e quais as fronteiras entre essas duas instituições.

Segundo o autor, a legislação francesa prevê uma divisão de atribuições entre *Direction des Archives de France*, que tem como responsabilidade o tratamento da documentação científica e acadêmica, e a *Direction du Livre et de la Lecture*, que deve gerenciar as obras literárias e artísticas.

No caso do Brasil, a Lei 8159/90, referente à Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, prevê que:

> É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (BRASIL, 1991).

A documentação pública ou de caráter público deve ser administrada pelas instituições arquivísticas da esfera federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. No que concerne aos arquivos privados – e pessoais –, se esses documentos forem identificados como de interesse público e social, bem como para a história e o desenvolvimento científico nacional, também podem ser geridos pelo poder público.

Ainda de acordo com a realidade da França, essa divisão de responsabilidades não se torna um obstáculo para que algumas práticas estejam contrariando a lei. O fato é que há arquivos municipais em bibliotecas municipais que possuem um

bibliotecário-arquivista responsável pelo seu tratamento; tem-se arquivos em bibliotecas universitárias que estão relacionados às suas atividades ou ao seu caráter especializado e, além disso, dizem respeito aos documentos pessoais de antigos professores e famílias que sejam de interesse para a instituição; há arquivos nas bibliotecas dos museus, tais como a do Museu Nacional de História Natural, que detém papéis e documentos de muitos estudiosos, por exemplo (POIROT, 2001).

Por fim, Poirot (2001) propõe que as autoridades públicas francesas não se restrinjam à legislação e tenham uma visão dinâmica da situação, tendo em vista a história das coleções e das instituições envolvidas, uma vez que seu patrimônio está intrinsecamente relacionado à noção de memória daquele país. Essa prática tem atendido bem às demandas da comunidade científica e à sociedade, fazendo com que surjam muitos projetos para que arquivos, livros e demais objetos sejam abrigados num mesmo local e o público tenha uma nova forma de acesso à cultura. Um exemplo disso, foi a criação da Biblioteca e do Arquivo de Montpellier na França, em que são disponibilizados os dois tipos de serviço num mesmo órgão.

Além de razões culturais, a relação entre arquivos e bibliotecas também pode estar relacionada ao surgimento e desenvolvimento das coleções especiais nas bibliotecas. Rius (2008) tenta explicar quais são os motivos que levaram a criação de coleções especiais nessas instituições e por que elas abrigam fundos e materiais de cunho arquivístico. Ademais, o autor busca analisar qual o tratamento realizado no ambiente das bibliotecas para a descrição de documentos de arquivos, do mesmo modo em que verifica como se dá o seu acesso por parte do público, exemplificando com projetos de cooperação entre a Biblioteconomia e a Arquivologia para o processamento desses materiais.

Ainda conforme o autor, bibliotecas públicas e universitárias reúnem fundos pessoais, familiares e institucionais de acordo com o objetivo e tradição desses órgãos. Joyce (1988), por sua vez, traça uma panorama das origens e do desenvolvimento das bibliotecas com foco nas pesquisas científicas nos Estados Unidos, tais como as bibliotecas localizadas nas universidades, a fim de compreender o surgimento das coleções especiais neste país.

Para o autor, há uma relação entre a evolução do ensino superior e acadêmico americano e o nascimento das coleções especiais. Com o propósito de analisar esse

vínculo, o autor divide as origens desse tipo de coleção em quatro estágios de evolução:

- Primeira fase: as coleções especiais surgem no contexto das bibliotecas universitárias no fim do século XIX, sendo constituídas principalmente por livros raros e manuscritos. Há uma abordagem associada ao uso acadêmico de fontes originais e de cunho primário. Portanto, a utilização de materiais que dê insumos para a análise e comparações das informações já existentes torna-se necessária. Para suprir essa demanda, as bibliotecas começam a ter interesse em adquirir coleções formadas por bibliófilos, ao mesmo tempo em que, dão início à preservação de materiais raros e começam a separá-los do restante do acervo;
- Segunda fase: esse estágio diz respeito ao primeiro terço do século XX. Tem-se a criação de locais destinados a abrigar somente coleções especiais e o foco continua em livros raros e manuscritos, adquiridos como meio de promoção à pesquisa acadêmica;
- Terceira fase: a partir dos anos 30, as coleções especiais começam a abarcar tanto livros raros e manuscritos, quanto materiais de caráter arquivístico, tais como fundos pessoais, familiares e institucionais, sendo este termo, amplamente utilizado para referir-se a esse conjunto de materiais. Essa definição singulariza esses documentos, dos mais diversos tipos e formatos e, traz à torna seu valor para a pesquisa científica;
- Quarta fase: Em 1960, a expansão das universidades e, consequentemente, das bibliotecas localizadas nos novos campi, tornaram necessária a organização das coleções especiais de forma que houvesse uma grande quantidade de fonte primárias a serem exploradas e utilizadas como fontes de pesquisa. A partir dessa década há uma crescente nos estudos nas áreas de ciências humanas e sociais, o que provocou o aumento na aquisição de fundos arquivísticos pelas bibliotecas universitárias dos Estados Unidos. E essa prática não mudou até os dias atuais (JOYCE, 2008).

Bellotto (2006) e Joyce (2008) acreditam que arquivos pessoais, em sua maioria, compostos por fotografias, cartas, recortes de jornais, fitas, etc. podem ser considerados matérias-primas importantes para o desenvolvimento científico. Joyce

considera, ainda, que há um elo indivisível entre a pesquisa, as fontes primárias, que neste caso, compõem grande parte destes arquivos, o ensino e os objetivos e missão da universidade, uma vez que essa instituição fomenta a produção acadêmica.

Se as bibliotecas e os arquivos têm o mesmo objetivo – o de organizar, tratar e disponibilizar a informação – e as bibliotecas encontram formas de adquirir arquivos, tornando essas instituições cada vez mais entrelaçadas, então, por que essas áreas do conhecimento ainda não chegaram a um consenso quanto ao tratamento de arquivos pessoais, que se encontram tanto em bibliotecas quanto em arquivos? Embora esteja sob custódia da BCE/UnB, o Arquivo Carlos Lacerda recebeu tratamento totalmente arquivístico, o que exemplifica essa falta de acordo.

Felizmente, há casos isolados em que as bibliotecas buscaram formas de dar visibilidade a esses materiais e torná-los recuperáveis. Um exemplo disso foi realizado na Biblioteca Nacional do Brasil, em que para atender às necessidades de controle, processamento, acessibilidade e intercâmbio de registros dos documentos de cunho arquivístico, produziu-se um modelo de descrição baseado no formado MARC21[25] para a codificação das bases de dados, realizando o processo de organização das informações por meio da ISAD(G)[26]. Para que isso fosse possível foram feitas diversas pesquisas no que tange ao relacionamento das práticas arquivísticas e biblioteconômicas, o que gerou um novo modelo de metadados, que engloba os conceitos utilizados na Arquivologia e na Biblioteconomia. Deste modo, as necessidades de descrição referentes ao acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional foram mais bem atendidas (MORENO; MARTINS, 2005).

[25] "Machine-Readable Cataloging (MARC) formato criado em 1966, pela Library of Congress, para a coleta, processamento e distribuição de registros catalográficos legíveis por máquina" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 236).

[26] A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD G), "estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Perpassando pelo conceito de colecionismo verificou-se que o caráter cultural e a própria missão da biblioteca – o de dar acesso à informação – permitem que essa instituição adquira diversos tipos de materiais, independentemente da sua origem, conforme seus critérios e metodologias, a fim de que as necessidades informacionais da sua comunidade sejam atendidas, o que a caracteriza como uma colecionadora. Essa pluralidade de documentos, na maioria das vezes, torna oportuna a criação de um espaço dentro da biblioteca que agregue registros que não sejam somente de cunho bibliográfico, tais como manuscritos, fotos, objetos e os próprios arquivos pessoais. A divisão de coleções especiais desempenha muito bem esse papel, uma vez que reúne fontes singulares, continuamente agrupadas de modo particular por conta de seu valor financeiro e histórico.

Conforme constatou-se na revisão bibliográfica, a própria Arquivologia prevê que os arquivos pessoais, por se tratarem de um acervo constituído de forma totalmente artificial – e muitas vezes intencional –, estão muito mais próximos da Biblioteconomia do que das práticas arquivísticas, o que dá espaço para que as bibliotecas obtenham e tratem esses materiais de acordo com seus interesses. Além disso, diferentemente dos arquivos públicos, administrados por instituições arquivísticas brasileiras do Poder Público, os arquivos pessoais não possuem uma regra ou norma que designe como e por quais entidades deve ser realizada a sua gestão. Por esse motivo, esses acervos estão espalhados por inúmeras bibliotecas, centros culturais e de documentação, o que dificulta o conhecimento por parte dos usuários sobre onde procurar essas informações, travando uma “disputa” entre esses locais para decidir que instituição poderá ou não adquiri-lo.

Disputa, essa, que pode ser exemplificada através dos Anais da Biblioteca Nacional de 1911, em que o Arquivo Público do Império (atual Arquivo Nacional) solicita a transferência de documentos, tais como cartas geográficas, gravuras, moedas e medalhas, obtidos pela Biblioteca por meio de compra, para a instituição arquivística. Ainda de acordo com o registro, a BN não fez concorrência ao Arquivo e, se não fosse por ela, esses documentos poderiam estar na posse de particulares ou desaparecidos. Para a Biblioteca, a questão ficou definitivamente solucionada através do artigo 66º de seu regimento, em que está disposto que nenhum documento, exceto

duplicatas que não sejam de interesse para a instituição, podem ser transferidos para outro estabelecimento.

No que diz respeito à aquisição de arquivos pessoais, a biblioteca universitária, tal como a BCE/UnB, busca formas de obter materiais que propiciem a utilização de recursos de caráter primário e/ou inédito para a pesquisa científica, o que fomenta a produção acadêmica de alunos e professores. Assim, seus critérios para aprovar ou não este tipo de material estão intrinsicamente relacionados ao fazer científico e à sua importância histórica, o que traz à torna o seu significado no que diz respeito à memória e à identidade da comunidade na qual a biblioteca está inserida.

O Arquivo Carlos Lacerda, pertencente às Coleções Especiais da Biblioteca Central da UnB evidencia essa prática, tornando-se, ainda, um insumo importante para a pesquisa histórica no que diz respeito à vida social e política durante a segunda metade do século XX. Por se tratar de um rico acervo não só relativo à vida de Carlos, mas sobretudo por conter fatos importantes no que tange à memória e a política nacional, o Arquivo já foi utilizado como matéria-prima relevante para a construção de biografias sobre Lacerda, como por exemplo a “Carlos Lacerda: a vida de um lutador” (1992), compilada por Dulles e utilizada no desenvolvimento deste trabalho; “A república das abelhas” (2014); “Minhas cartas e a dos outros” (2005), “Carlos Lacerda / cartas 1933-1976: família, amigos, autores e livros, política” (2014), dentre outras publicações.

Embora fique evidente a relação entre arquivos e bibliotecas, o tratamento que os arquivos pessoais podem receber dentro desses órgãos ainda encontra-se muito vinculado a políticas institucionais, ou seja, não há um consenso entre a Arquivologia e a Biblioteconomia quanto às formas de organização e acesso a esses materiais. Isso está claro dentro do Arquivo Carlos Lacerda, uma vez que a Biblioteca Central tem que lidar com um acervo tratado com práticas totalmente arquivísticas, o que implica não só na preservação, mas também na disponibilização desse material para a comunidade.

Por fim, este trabalho teve como objetivo analisar, de forma inicial, como a biblioteca pode ser uma colecionadora ao adquirir arquivos pessoais para a sua coleção, uma vez que não há estudos na literatura nacional sobre a temática. Desse modo, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas a fim de verificar por que as bibliotecas, não somente universitárias, adquirem esses materiais e como essa prática

surgiu aqui no Brasil. Ademais, tornam-se necessários projetos que retratem os arquivos pessoais que estão em posse de bibliotecas e quais são as novas tendências que surgirão no elo entre a Biblioteconomia e a Arquivologia, relacionadas ao trato, arranjo e disponibilidade de documentos de cunho arquivístico, que não se encontrem, necessariamente, em arquivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. (Artemídia)

ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação – o caso da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v.4, n.2, p. 17-34, jun., 2009.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **[Carlos Frederico Werneck de Lacerda]**. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/fitas_cassete/CarlosFredericoWerneckDeLacerda.pdf> Acesso em: 17 de mar. 2015.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Depto. de arquivos**. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_invent_link2.htm> Acesso em: 12 abr. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.5, n.1, p. 66-84, 2011.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Debates; 70).

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, W. O colecionador. In: **PASSAGENS**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 237-246

_____. Desempacotando a minha biblioteca. In: **Rua de mão única**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, [1989]. (Obras escolhidas, v.2)

BIBLIOTECA BRASILIANA JOSÉ E GUITA MIDLIN. **A biblioteca**. Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/1> Acesso em: 20 maio 2015.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Acervo**. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/acervo/> Acesso em: 12 mar. 2015a.

_____. **Doação da Biblioteca Roberto Lyra Filho**. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/2015/02/doacao-da-biblioteca-roberto-lyra-filho/> Acesso em: 13 mar. 2015b.

_____**. Inventário do Fundo Carlos Lacerda. Brasília**: UnB, 2000. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/wp-content/uploads/2013/05/Inventario-Carlos-Lacerda.pdf> Acesso em: 20 maio 2015.

_____. **O centenário de Carlos Lacerda**: 1914-2014. Brasília: BCE, 2014. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/wp-content/uploads/2014/11/Release-O-centen%C3%A1rio-de-Carlos-Lacerda-1.pdf> Acesso em: 13 de abr. 2015c.

_____. **Sobre a BCE**. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/> Acesso em: 12 mar. 2015d.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Manuscritos**. Disponível em: <http://bn.br/acervo/manuscritos> Acesso em: 20 maio 2015.

_____. A Biblioteca Nacional em 1911: relatório. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 34, 1912, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: BN, 1914, p. 679-680. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_034_1912.pdf> Acesso em: 20 maio 2015.

BLOM, P. **Ter e manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 26 abr. 2015.

_____. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 26 abr. 2015.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p. 129-149, 1998.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DICIONÁRIO HISTÓRICO- BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 11 abr. 2015.

DIREITAS JÁ. **Lacerda**. Disponível em: <http://direitasja.com.br/biografias/l/carlos-lacerda/> Acesso em: 20 maio 2015.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2v.

FONSECA, E. N. da. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-42, jan./jun. 1973. Disponível em: <http://escritorioarte.com/historia-bce-edson-nery-da-fonseca.php> Acesso em: 11 abr. 2015.

_____. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

FRAIZ, P. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 58-87, 1998.

FUNDAÇÃO 18 DE MARÇO. **ACL - Fundo de Arquivo Carlos Lacerda:** arquivo Carlos Lacerda na UnB - História Resumida. Disponível em: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=9&projeto=4> Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **ACL - Fundo de Arquivo Carlos Lacerda:** doação da família. Disponível em: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=11&projeto=4> Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **ACL - Fundo de Arquivo Carlos Lacerda:** regulamento do arquivo. Disponível em: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=19&projeto=4> Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **ACL - Fundo de Arquivo Carlos Lacerda:** Universidade de Brasília: termo de compromisso. Disponível em: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=21&projeto=4> Acesso em: 25 mar. 2015.

FUSHIMI, M.; MALLO. J.; PICHININI. M. Memoria académica y científica: el rol de la biblioteca universitaria en la preservación y difusión del conocimiento generado en las universidades. In: Cuartas Jornadas de Sociología de la UNPL: la Argentina de la crisis: desigualdad social, movimientos sociales, política e instituciones, 2005 Argentina. **[Anais...]**. Disponível em: <http://www.fahce.unlp.edu.ar/biblioteca/Descargables/ponencia_memoria%20academica.pdf> Acesso em: 20 maio 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEYMANN, L. **De "arquivo pessoal' a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados"**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 7f. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6758/1612.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de janeiro, v. 10, n.19, p. 41-66, 1997.

_____. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 54, p. 42-57, 2009.

_____. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si? In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). **Coleções e colecionadores**: a polissemia das práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, p. 51-59.

JOYCE, W. The evolution of the concept of special collections in American research libraries. **Rare books & manuscripts librarianship**, Chicago, vol. 3, n. 1, p. 19–29. 1988.

JUVÊNCIO, C. H. Coleção Ernesto Senna: a construção de uma memória. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 128, 2008.

KNYCHALA, C. H. **O livro de arte brasileiro**. 1980. 226 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia), Departamento de Biblioteconomia, Universidade de Brasília. Brasília, 1980.

LACERDA, C. **Minhas cartas e as dos outros**. Brasília: UnB, 2005. 2 v.

LACERDA, R. **A república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 520 p.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção repertórios)

LIMA E SILVA, M. V. **Artigo**: Descortinando a Cidade de Deus. Globo, 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/artigo-descortinando-cidade-de-deus-14158992> Acesso em: 13 abr. 2014.

LOPES, C. A. A loucura de Brasília: o antimudancismo nas páginas do jornal Tribuna da Imprensa (1956-1960). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA: MÍDIA ALTERNATIVA E ALTERNATIVAS MIDIÁTICAS, 7, 2009, Fortaleza-CE. **Anais...**Fortaleza-CE: Alcar, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20loucura%20de%20Brasilia.pdf> Acesso em: 12 jul. 2015.

LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 154, p. 1-140, 2003.

MATOS, S. L. M. **Proposta de tratamento documental do arquivo da Brigada de estudos de azulejaria da biblioteca de arte da Fundação Calouste Gulbenkian**: relatório de estágio de mestrado em ciências da informação e Documentação: área de especialização em Biblioteconomia. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2011. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/7069/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20de%20Mestrado.pdf> Acesso em: 26 abr. 2015.

MEMÓRIA VIVA. **Os 90 anos do Corvo**. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/siteantigo/lacerda.htm > Acesso em: 17 de mar. 2015.

MORAES, J. V. **Língua, cultura e civilização**: um estudo das ideias linguísticas de Serafim da Silva Neto. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MORAES, R. B. de. **O bibliófilo aprendiz**. 4. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

MORENO, C.; MARTINS, V. A. Experiência da Biblioteca Nacional: arquivo em Bibliotecas: o melhor de dois mundos. In: **II Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas**. Rio de Janeiro: AAB, 2007.

MOTTA, M. S. da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n.19, p.72-75, 2005.

NARLOCH, L. **Coleções**. [São Paulo]: Super Interessante, 2004. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/colecoes-444429.shtml> Acesso em: 30 jan. 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAES, M. L. **Arquivos:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PIRES, C. O memorialista: as amizades e os livros de Edson Nery da Fonseca. **Piauí**, n. 72, set. 2012. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-72/figuras-das-letras/o-memorialista> Acesso em: 11 abr. 2014.

POIROT, A. Les archives dans les bibliothèques. **Bulletin des Bibliothèques de France**. Paris, v. 46, n. 2, p. 4-14, 2001. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2001-02-0004-001> Acesso em: 26 abr. 2015

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, K. Colecção. In: GIL, F. **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1997, p. 51-86. (Enciclopédia Einaudi, v.1).

_____. “Memória”. In: GIL, F. **Sistemática**. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda: 2000. p. 507-516 (Enciclopédia Einaudi; v. 42)

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIUS, A. E. Los fondos y las colecciones de archivo en las bibliotecas: modelos para su control y acceso. **Textos universitaris de Biblioteconomia i Documentació.** Barcelona, n. 21, 2008. Disponível em: <http://bid.ub.edu/21/estiv2.htm> Acesso em: 26 abr. 2015.

ROSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, 1993.

_____. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Inf. Inf**., Londrina, v. 8, n.1, jun./dez. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713/1464> Acesso em 23 abr. 2015.

SOUZA, C. M.; COELHO, E. (Org.). **Carlos Lacerda / cartas 1933-1976**: família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Estatuto e regime geral**. Brasília: Editora UnB, 2011.

UNBTV. **Acervo Cassiano Nunes da UnB.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1qJbxId0qH8> Acesso em: 12 mar. 2015

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

_____. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ci. Inf**., Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1208/849> Acesso em: 14 jan. 2015.

VOLPINI, E. E. A Biblioteca Central da Universidade de Brasília e o planejamento do seu novo edifício. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 1, jan./jun. 1973.

ANEXO I - DOAÇÃO DA FAMÍLIA

Fonte: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=11&projeto=4>

Acesso em: 20 maio 2015.

Universidade de Brasília

Gabinete do Reitor

Termo firmado entre o Espólio de CARLOS FREDERICO WERNECK DE LACERDA, que, também se assinava CARLOS LACERDA, representado por sua inventariante BRASILINA LETICIA ABRUZZINI DE LACERDA, que também se assina LETICIA LACERDA, doravante denominado ESPOLIO de CARLOS LACERDA, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, representada por seu Presidente, Reitor JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, doravante chamada UNIVERSIDADE, para venda da BIBLIOTECA CARLOS LACERDA, compreendendo livros, móveis e utensílios, e para a doação, com encargos, do Arquivo do GOVERNADOR CARLOS LACERDA.

Por este documento, a UNIVERSIDADE e o ESPOLIO DE CARLOS LACERDA acordam a respeito do seguinte:

1. A UNIVERSIDADE adquirirá todos os livros da BIBLIOTECA CARLOS LACERDA, pelo preço de avaliação a ser feita por especialistas designados para esse fim.

1a. A UNIVERSIDADE adquirirá o material de suporte bibliográfico existente na BIBLIOTECA CARLOS LACERDA, pelo preço global de Cr$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros).

1b. A UNIVERSIDADE efetuará o pagamento decorrente da compra mencionada, à vista, na data de assinatura deste termo.

2. Por este instrumento, o ESPÓLIO de CARLOS LACERDA doa à UNIVERSIDADE o Arquivo do GOVERNADOR CARLOS LACERDA, obedecidas as seguintes condições:

2a. Nenhum documento secreto ou confidencial existente no Arquivo poderá ser utilizado antes de decorridos dez anos de sua data, sendo o acesso a esses documentos permitido o somente ao Conselho Curador do Arquivo, a ser designado pelo Reitor da Universidade de Brasília.

2b. A UNIVERSIDADE, de comum acordo com a família CARLOS LACERDA, estabelecerá um plano para divulgação dos documentos do Arquivo.

2c. O que for divulgado através de livros, o será em co-edição ou distribuição pela Editora Nova Fronteira, excetuados os casos em que houver discrepâncias, relativas ao custo da operação, entre os preços da Nova Fronteira e os de outras Editoras de porte semelhante, hipótese em que a edição, a distribuição, ou ambas, serão feitas pela editora que oferecer menor preço.

2d. Os direitos autorais das publicações acima referidas pertencerão à UNIVERSIDADE que, entretanto, pagará a SENHORA BRASILINA LETÍCIA ABRUZZINI LACERDA o equivalente a 10% sobre o preço de 'capa de cada livro vendido, por ocasião da comprovação das faturas pelas distribuidoras. Esse direito é vitalício, mas pessoal e intransferível, ainda que por sucessão hereditária.

Brasília, de 1979.

_____

BRASILINA LETÍCIA ABRUZZINI LACERDA

_____

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO – Reitor

ANEXO II - REGULAMENTO DO ARQUIVO

Fonte: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=19&projeto=4>

Acesso em: 20 maio 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESOLUÇÃO DA REITORIA N. 048/2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o caput dos artigos 2º e 3º do Regulamento do Arquivo Carlos Lacerda (ACL),

RESOLVE:

Constituir o Conselho Curador do Arquivo Carlos Lacerda (ACL), da Universidade de Brasília, composto pelos servidores da Fundação Universidade de Brasília: Professores NORMA BREDA DOS SANTOS (do Departamento de História) e RENATO TARCISO BARBOSA DE SOUSA (do Curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação e Documentação), Técnico-Administrativos JOSÉ CARLOS ANDREOLI (Diretor do Centro de Documentação) e MOEMA MALHEIROS PONTES (Diretora da Biblioteca Central), para que exerçam, sem prejuízo de suas atividades nos respectivos Centros de Custo, as funções de membros desse Conselho, que contará, ainda, com a colaboração voluntária do Senhor TÚLIO VIEIRA DA COSTA, Diretor-Presidente da Fundação 18 de Março (FUNDAMAR - BH/MG), também como membro do Conselho.

Brasília, 31 de Outubro de 2000.

LAURO MORHY

Reitor

cc: TODOS OS CENTROS DE CUSTO.

ATO DA REITORIA N. 1016/2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista o constante do Memorando BCE n. 186, de 6/6/2000, a solicitação contida no documento da Direção da BCE, datado de 9/8/2000, e considerando, ainda:

o disposto no item 2 do Termo de Compra e Venda do Arquivo do Governador Carlos Lacerda, que faz referência à existência de um Conselho Curador;

o Termo de Compromisso entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação 18 de Março - FUNDAMAR;

a necessidade de normalizar o acesso ao referido Arquivo e garantir a integridade física de suas informações,

R E SO L V E:

Aprovar o Regulamento do Arquivo Carlos Lacerda (ACL), na forma do Anexo único deste Ato.

Brasília, 31 de outubro de 2000.

LAURO MORHY

Reitor

cc: TODOS OS CENTROS DE CUSTO.

ANEXO ÚNICO DO ATO DA REITORIA N. 1016/2000 REGULAMENTO DO ARQUIVO CARLOS LACERDA (ACL) DA LOCALIZAÇÃO E DAS NORMAS PARA AUTILIZAÇÃO DO ARQUIVO

Art. 1º O Arquivo Carlos Lacerda (ACL), doravante denominado simplesmente Arquivo, localiza-se na Universidade de Brasília, no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Caixa Postal n. 04501, CEP 70910-900, em Brasília, DF, doravante denominada UNIVERSIDADE.

Art. 2º O Arquivo será administrado por um Conselho Curador e terá por principais objetivos:

I - abrigar e preservar os documentos oriundos do arquivo legado por Carlos Lacerda, adquiridos pela UNIVERSIDADE;

II - viabilizar o uso do Arquivo por pessoas interessadas em pesquisas, consultas e estudos, observando as normas prescritas neste Regulamento;

III - promover o conhecimento e a divulgação dos documentos constantes do Arquivo, sempre mencionando o patrocínio da FUNDAMAR, conforme o item "G" do Termo de Compromisso assinado entre a FUNDAMAR e a UNIVERSIDADE;

IV - abrigar e preservar trabalhos e textos esparsos de Carlos Lacerda, cujos originais se encontram no Arquivo, para publicá-los em livro ou revista, observando a ressalva do item anterior.

Art. 3º O Conselho Curador será integrado por cinco membros, denominados Conselheiros, nomeados pelo Reitor da UNIVERSIDADE, conforme o art. 2º, cláusula 2ª, do Termo de Compra do Arquivo, devendo um dos membros ser da FUNDAMAR, como seu representante, de acordo com o item "G" do Termo de Compromisso referido no inciso III do art. 2º do presente Regulamento.

§ 1º As deliberações do Conselho Curador serão por maioria simples.

§ 2º O Presidente do Conselho Curador, eleito entre seus membros, terá mandato de dois anos, admitida a reeleição.

§ 3º Ao Presidente do Conselho Curador caberá decidir, em primeira instância, os pleitos que vierem a ser feitos para o uso do Arquivo, facultado ao pleiteante recorrer ao plenário de Conselho Curador.

§ 4º Os Conselheiros não serão remunerados e receberão, no final do mandato, um certificado de prestação de serviço de utilidade pública, fornecido pela UNIVERSIDADE.

Art. 4º Os Conselheiros serão nomeados por prazo indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo pelos dirigentes da UNIVERSIDADE.

Art. 5º Será facultado ao público em geral o comparecimento às reuniões do Conselho Curador do Arquivo, mas sem direito a voto.

Art. 6º São competências do Conselho Curador do Arquivo:

I - compatibilizar a aplicação deste Regulamento com as normas da UNIVERSIDADE;

II - propor eventuais alterações ao presente Regulamento;

III - indicar novos membros para o Conselho;

VI - administrar e aplicar as verbas destinadas ao Arquivo;

V - solicitar à UNIVERSIDADE a indicação de funcionários para cuidar do Arquivo, bem como verba para encadernar e restaurar documentos sob a sua guarda, e para adquirir equipamentos.

DO USO DO ARQUIVO

Art. 7º O acesso ao Arquivo Carlos Lacerda será facultado ao público, observadas as seguintes orientações:

I - os usuários não terão acesso direto ao depósito onde estão armazenados os documentos do Arquivo;

II - o acesso deverá dar-se mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade, sendo entregue ao usuário o instrumento de pesquisa para que ele possa indicar o material demandado;

III - a consulta aos documentos será realizada sob a supervisão de um funcionário da UNIVERSIDADE, indicado e treinado para esse fim;

IV - todas as consultas serão registradas em formulário próprio para registro e controle.

Art. 8º Fica vedada a retirada de documentos do Arquivo pelos usuários, resguardado o direito de reproduzi-los, desde que observadas as normas para a preservação física das informações e a obrigatoriedade de citação da fonte.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Para dirimir os casos omissos não previstos por este Regulamento, será aplicado, subsidiariamente, o Regimento Geral da UNIVERSIDADE.

Art. 10. Este Regulamento entrará em vigor na data da sua aprovação.

Brasília, 31 de outubro de 2000.

LAURO MORHY

Reitor

ATO DA REITORIA N. 1017/2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista o constante do Memorando BCE n. 186, de 6/6/2000, e da solicitação contida no documento da Direção datado de 9/8/2000.

RESOLVE:

Disponibiliza o Arquivo Carlos Lacerda (ACL) - de propriedade da Universidade de Brasília (UnB), instalado na Biblioteca Central da UnB - para uso da comunidade universitária e do público em geral, como centro de estudo, consulta e pesquisa.

Brasília, 31 de Outubro de 2000.

Lauro Morhy

Reitor

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Fonte: <http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=21&projeto=4>

Acesso em: 20 maio 2015.

BENEFICIÁRIO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, neste documento designada simplesmente por BENEFICIÁRIO - CGC: 00.038.17410001-43

ENDEREÇO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO- ASA NORTE - CAIXA POSTAL 04501 - CEP 70910-900 - BRASÍLIA - DF TELEFONE: (061) 348-2410 FAX: (061) 274-2412

PROJETO: ARQUIVO CARLOS LACERDA

OBJETIVO: ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CARLOS LACERDA

Referência - Projeto com o Objetivo de Organizar o Arquivo legado por Carlos Lacerda,

A Fundação 18 de Março com sede em Belo Horizonte, neste documento denominada simplesmente FUNDAMAR, aceita patrocinar parcialmente o projeto em referência, (Anexo d 02) a ser implementado em 6 (seis) meses, de maio de 1999 a outubro de 1999, observado o seguinte:

A - O patrocínio da FUNDAMAR destina-se a contribuir com as importâncias discriminadas na letra B infira. A responsabilidade pela execução do Projeto é do BENEFICIÁRIO que se compromete a envidar todos os esforços para alcançar o objetivo nele proposto;

B - A - FUNDAMAR compromete-se a fornecer os recursos financeiros no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) mediante desembolsos mensais relacionados abaixo, através de depósito na conta bancária especificada no item B. 1:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS:

1º em 15.05,99 - R$ 1.700,00

2º em 15.06.99 - R$ 1.700,00

3º em 15.07.99 - R$ 1.700,00

4º em 15.08,99 - R$ 1.700,00

5º em 15.09.99 - R$ 1.700,00

6º em 15.10.99 - R$ 1.500,00

BI - Agência do Banco do Brasil S.A. d 3.602-1 Conta Corrente: 170.500-8 - Código Identificador 15404015257015-X

Titular da Conta: Fundação Universidade de Brasília

Ordenador de Despesa responsável pela movimentação da conta: Dr. Carlos Augusto de São José - Decano de Administração e Finanças.

B2 - As liberações posteriores à de 15 de junho de 1999, só ocorrerão após a prestação de contas das parcelas liberadas anteriormente:

C - O BENEFICIÁRIO compromete-se a assumir perante a FUNDAMAR as obrigações relativas ao projeto estabelecidas neste termo de compromisso e mais:

C. 1 - observar as Condições Gerais de Patrocínio anexas ao presente, que passam a integrá-lo (Anexo 01):

C.2 - administrar os recursos financeiros necessários para a execução do Projeto, zelando para o seu melhor aproveitamento.

D - O BENEFICIÁRIO deverá encaminhar à FUNDAMAR o Relatório Técnico sobre a execução de cada etapa juntamente com a prestação de contas mensais:

E - O Relatório final conclusivo deverá ser apresentado até o dia 15.11.99.

F - O BENEIFICIÁRIO deverá dar provimento a todas obrigações que lhe cabem e a dar respostas a todas as indagações da FUNDAMAR.

G - O BENEFICIÁRIO deverá providenciar: I) a colocação de uma placa em local visível na Sala do Arquivo: "Patrocínio da FUNDAMAR - Fundação 18 de Março", II) a menção do patrocínio em todas as publicações relativas ao Arquivo e III) eleger um representante da Fundação 18 de Março - FUNDAMAR no Conselho Curador de Arquivo Carlos Lacerda.

H - A FUNDAMAR colocará à disposição do Coordenador a sua biblioteca, arquivos e demais documentos para consulta.

Diante do exposto solicitamos a aposição do "de acordo" neste compromisso e a devolução à FUNDAMAR deste termo, das respectivas cópias e dos anexos, todas as páginas deste devidamente rubricadas.

Atenciosamente,

Brasília - DF, 31 de Março de 1999.

Túlio Vieira da Costa

Presidente

Fundação 18 de Março

Lauro Morby

Presidente

Fundação Universidade de Brasília